

Sobre a querela do laxismo envolvendo a Ordem Jesuíta

 Padre Paul Boulin

 27/04/2026

 Contra os teólogos laxistas, Crise na Igreja Católica, Desvio de jesuíta em teologia, Condenação feita pelo Papa Beato Inocêncio XI, Condenação papal, Sobre a supressão da Ordem Jesuíta

Extraído de *Écrits des curés de Paris contre la politique et la morale des Jésuites*, publicado em 1921 sob o pseudônimo de I. de Récalde¹

O Breve *Dominus ac Redemptor* é um epílogo: ele encerra dois séculos e meio de querelas sob o Antigo Regime, aos agravos e danos da Companhia de Jesus.

E sabe-se a que acrobacias de exegese se entregam os apologistas da Sociedade, a respeito desse documento pontifício. É-lhes impossível, porém, esquivar-se desta articulação formal de que foram os Jesuítas que, de todos os tempos e em toda parte, “excitaram” essa multidão de disputas e de dissensões. Os Papas, os Príncipes, o Episcopado, o clero secular e regular, os fiéis das cinco partes do mundo ficaram ao final exasperados, escandalizados e revoltados; tão bem que se tornara impossível, por volta da segunda metade do século XVIII, pensar em restabelecer a paz da cristandade, enquanto não tivesse sido extinto esse archote de discórdia que ameaçava atear fogo à terra².

Querela da graça e querela dos ritos idólatras, querelas do regicídio e da moral relaxada, querela do «aulicismo» que na França distingue, por si só, das teorias galicanas as práticas regalistas da Companhia, querela do mercantilismo nas Missões, da independência da Sociedade em relação a todas as hierarquias, querelas das Universidades e dos Parlamentos, falências retumbantes e intrigas obscuras: é um fato que toda a história dessa Ordem não é senão um tecido perpétuo de contendas sem igual nos anais da Igreja e das outras Congregações religiosas. A mão de todos se levanta contra ela, e Clemente XIV atesta que é porque ela levantou, em plena luz do dia ou na sombra, a mão contra todos.

De onde vem, portanto, à Companhia de Jesus, qualquer que seja o sentimento que se nutra a seu respeito, esse caráter único na história da Igreja, de ser assim uma pedra de contradição no frontispício do edifício católico? Tentaremos talvez um dia pesquisá-lo e explicá-lo pela própria natureza e pela origem de seu Instituto. Mas não é inoportuno lançar antes um olhar sobre um desses mais retumbantes debates, a título de exemplo. Nele veremos dar-se ruidosa carreira ao espírito que, por excelência, se pôde chamar, lamento a palavra, mas ela é consagrada há séculos pelo uso e não é daquelas que envelhecem, jesuitismo.

Trata-se da Querela do Laxismo.

Clemente XIV a dirimiui, como as outras, ao recordar em seu Breve de supressão o uso que a Companhia, apesar das advertências «em vão» multiplicadas por seus pre-

decessores, fizera por tempo demais de «máximas justamente proscritas pela Santa Sé como escandalosas e manifestamente prejudiciais à regra dos costumes». Mas os Jesuítas conseguiram fazer esquecer pouco a pouco, ou pelo menos desnaturar no espírito público, essa lembrança de um de seus mais manifestos atentados à ordem católica. Para o leitor, nascido Francês, essa grande e fundamental disputa se reduz quase inteiramente ao episódio culminante das *Petites Lettres* de Montalte. É a Querela das Provinciais. E sem dúvida a Companhia de Jesus sabe melhor que ninguém o golpe que lhe desferiu o gênio literário e religioso de Pascal. Mas, ao mesmo tempo, desde o primeiro dia, ela procurou aproveitar-se do equívoco que enfraquece o alcance da obra-prima. Uma parte desse livro imortal é jansenista. A tática eterna da Sociedade tem o caminho livre para difamar, graças a esse erro doravante caduco, a viva sátira que triunfou sobre seus casuístas e sua moral. Pascal se equivocou a respeito das cinco proposições: os Jesuítas que ele combate aproveitam-se disso para se fingirem mais uma vez as interessantes vítimas da heresia, alvo de golpes que visam, através de sua vanguarda, a Igreja e o Evangelho!

Subterfúgio miserável, que exploram à porfia os espíritos desatentos ou parciais!

Certos Universitários não desdenham de se servir disso junto às jovens consciências de que são encarregados, a fim de desviá-las do catolicismo. Sob o pretexto de vingar a glória de Pascal, eles tornam a Igreja solidária da Companhia, sem ver que esse preconceito se alinha diretamente à tese injustificável dos Jesuítas, contra a longa clarividência dos séculos cristãos³.

Pois a distinção necessária foi, há muito tempo, feita entre a Querela do Jansenismo de um lado, a Querela do Laxismo do outro; e Pascal não teve de esperar pelo Breve *Dominus ac Redemptor*, nem pelo Sr. Havet, para que fosse esgotado seu processo contra as máximas relaxadas dos casuístas. Os párocos de Paris e de um grande número de dioceses, imediatamente, haviam adotado sua tese nesse ponto; o episcopado seguiu, arrastando todas as jurisdições civis; e veremos o Santo Ofício consagrar esse levante em massa da opinião religiosa contra os Jesuítas. A causa das Provinciais e de Pascal, no campo da teologia moral, tornou-se assim, há muito tempo, a da Igreja galicana e dos Supremos Pontífices, isto é, do catolicismo romano inteiro.

Eis o interessante ponto de vista do qual os Escritos que publicamos fornecem o argumento central. Foi de propósito que nos ativemos a esse documento. Tudo o que toca a Pascal é conhecido ou, pelo menos, estudado hoje, com um notável fervor, por uma nuvem de letrados ou de eruditos. Ao contrário, as peças que trazemos ao debate, sem serem de modo algum inéditas, permaneceram, contudo, menos acessíveis à maioria e guardam um certo atrativo de novidade. Esperamos bem mostrar que elas em nada cedem, e com razão, mesmo à obra-prima inigualável de Montalte, pela língua, pela verve ou pela altura de vistas. Longe de serem apenas uma réplica ou uma confirmação, elas fazem a Querela do laxismo dar um passo característico e decisivo. Foram elas que decidiram o sucesso e testemunham para sempre tudo o que

avancamos até aqui. Não poderia, portanto, haver melhor resposta a acusações e a equívocos, igualmente injuriosos para Pascal, para a Igreja e para a verdade.

I HISTÓRICO DA QUERELA

Começemos por situar exatamente nossos documentos no curso do longo desenrolar dessa controvérsia.

A Querela, na França, datava da primeira introdução da Companhia. A Universidade de Paris, desde 1643 e 1644, criticava vivamente a moral relaxada desses Padres, pela pena de Hermant⁴. François Hallier, doutor em Sorbonne, síndico da Faculdade de teologia, que em seguida abraçou o partido dos Jesuítas e se tornou Bispo de Ca-vaillon, redigia quase ao mesmo tempo, em nome da Sorbonne, um curto *Memorial intitulado: Teologia Moral dos Jesuítas, Extrato fielmente de seus Livros contra a moral cristã* (*Théologie Morale des Jésuites, Extrait fidèlement de leurs Livres contre la morale chrétienne*)⁵. O plano dessa obra foi retomado mais tarde, em 4 volumes grossos de quase 800 páginas, que tem igualmente por título *A Moral dos Jesuítas* (*La Morale des Jésuites*). Ele apareceu pela primeira vez em Mons, em 1647, e conheceu desde então numerosas edições, aumentadas de toda sorte de peças, sob diversos formatos. Até o fim do século XVIII, atribuía-se, ao que parece, a Perrault, doutor em Sorbonne; pareceu mais simples para a polêmica, emprestar toda a paternidade ao grande Arnauld, que mais tarde pôs-lhe a mão⁶.

É que se faz questão de bem marcar a Querela do pecado original jansenista; mas nem os fatos nem as datas concordam totalmente com esse preconceito cômodo demais.

§ 1. – A ocasião.

Foi nessa grossa obra, muito provavelmente, que Pascal, em março de 1656, dez anos mais tarde, tomou a ideia, para sua 4ª e 5ª *Provinciales*, da formidável digressão, que desviou subitamente contra os Jesuítas e sua casuística sua polêmica dificultosa sobre a questão da graça. Ele leu também nessa ocasião o pequeno tratado manual de Escobar, que ele imortalizou; e sabe-se o sucesso súbito, sem precedentes, das *Petites Lettres*. Mas o que não é menos interessante que o aplauso do público e o sufrágio contemporâneo dos conhecedores em matéria de estilo e de espírito, é a impressão profunda produzida na opinião eclesiástica. Inclusive, à força de admirar a língua e o cômico vigoroso desse «panfleto», prejudicou-se por vezes a potência da análise e o vigor do sentimento cristão que lhe asseguraram, entre os Teólogos e os Pastores, uma repercussão não menos prodigiosa.

Desde o dia 12 de maio seguinte, isto é, três meses apenas após a entrada em cena do «bom padre» nas *Provinciales*, o Pároco de Saint-Roch, síndico do Clero de Paris, propunha a seus confrades reunidos empreender o exame canônico das perniciosas máximas denunciadas por Montalte. Se essas proposições estivessem fielmente rela-

tadas, a condenação lhe parecia urgente e necessária; e se o autor tivesse desnaturado o texto dos casuístas, era a ele que importava, ao contrário, reprovar. Justa alternativa, que colocava de maneira imparcial, diante dos primeiros juízes competentes, o verdadeiro processo! Pois nem o espírito de partido, nem o talento, nem a voga, nem mesmo o favor surpreendido das consciências seriam suscetíveis, não importa o que se tenha dito, de defender por muito tempo as *Provinciales*, se elas não tivessem sido senão uma «mentira imortal», contra o veredito da razão e do Magistério eclesiástico. Infelizmente, não havia naquele momento na diocese nem Bispo nem Vigários-gerais, aptos a receber a queixa dos Párocos. Estava-se em pleno imbróglio do caso do Cardeal de Retz. Nenhuma jurisdição regular. Foi preciso suspender o procedimento.

Entretanto, os Párocos de Rouen haviam se comovido por sua vez. Eles estavam afligidos pelo famoso P. Brisacier, de língua tão afiada, tão pronto à invectiva. Esse Jesuíta teria podido dar pontos a Garasse e a Richeome, de quem o próprio Sr. abade Bremond, citando com indulgência várias gracinhas, se abstém, contudo, de relatar as tiradas mais grosseiras⁷. Seu libelo, *O Jansenismo confundido*, apesar de um certo fundo de razão, fora condenado por mandado do Arcebispo de Paris, datado de 29 de dezembro de 1651, como «calunioso e contendo várias mentiras e imposturas». Ora, Retz, por política, poupava os inovadores; mas seu olhar de partidário sabia ao menos escolher o alvo, e sua censura, suficientemente motivada, fazia legitimamente autoridade. Dufour, pároco de Saint-Maclou, em um discurso pronunciado em pleno Sínodo de Rouen, em 30 de maio de 1656, diante de mais de 800 de seus confrades, ousou valer-se disso para ecoar as primeiras diligências do Clero de Paris. O empreendedor Brisacier respondeu com uma petição ao Arcebispo, onde se queixava dessa investida contra a moral de sua Sociedade. Essa intervenção indiscreta e pouco medida fez barulho. Os Párocos de Rouen abraçaram com calor, contra o religioso, a causa de seu confrade, nomearam deputados para confrontar por sua vez as opiniões levantadas pelas *Provinciales* e o texto dos autores alegados. Uma dúzia de examinadores se aplicou a isso durante um mês. A exatidão geral das citações de Pascal se impôs; os Párocos pediram a seu Arcebispo para pronunciar a condenação dessas «máximas ímpias». O Prelado, para dar à censura mais autoridade, remeteu o caso à Assembleia do Clero e encarregou um de seus Grandes Vigários de levar ali a petição de seus padres com o extrato das proposições denunciadas a seu Tribunal. O caso, bem ou mal, se iniciava.

Os Párocos de Rouen escreveram aos de Paris para lhes pedir que apoiassem sua diligência; e os Párocos de Paris, encorajados, endereçavam por sua vez, em 18 de setembro, aos outros Párocos do reino, um Aviso. Todo o Clero da França era convidado a buscar em comum a condenação de um certo número de opiniões relaxadas, cujo catálogo era elaborado. Os promotores receberam logo das principais cidades uma procuração em boa e devida forma para agir em nome de todos e, munidos dessas peças, apresentaram primeiro petição aos Grandes Vigários, que os remeteram também à Assembleia do Clero.

Os Párocos redigiram então, para a Assembleia, em 11 de novembro de 1656, uma Admoestação (*Remontrance*), assinada por seus síndicos. Mas os Jesuítas faziam ao processo uma obstrução sistemática, e os assuntos se arrastaram. A interminável aventura de Retz, as dificuldades com a Corte, a eterna disputa sobre as cinco proposições continuavam a preocupar os espíritos. Comissários foram nomeados, é verdade, para atender à queixa dos Párocos; mas separaram-se sem aprofundar o debate. A Assembleia, espantada, segundo o testemunho de Godeau, com os erros que lhe eram relatados, ordenou somente que se reimprimissem, para fazer frente às mortais indulgências dos casuístas, as admiráveis Instruções de São Carlos Borromeu aos confessores para a direção das almas; e ela endereçou aos Bispos uma carta-circular onde marcava que «a falta de tempo para fazer o exame» das proposições assinaladas «era a única coisa que a impedira de pronunciar um julgamento solene, que teria detido o curso dessa peste das consciências».

Era testemunhar, com bastante nitidez, o sentimento unânime. Pode-se dizer, entretanto, que o Clero da França, em geral, ou essa Assembleia de 1656 em particular, tenha sido jamais suspeito de jansenismo?

Os Jesuítas não souberam resignar-se a esse primeiro golpe. No ano seguinte, 1657, aparecia a Apologia para os casuístas contra as calúnias dos jansenistas (*Apologie pour les casuistes contre les calomnies des jansénistes*). O autor era o P. Georges Piro, S. J. Quase tão petulante quanto o P. Brisacier, ele não tinha, contudo, nem sua veia abundante nem seu talento para a invectiva. Menos ainda habilidade ou prudência⁸. Sem rodeios, ele confessava, na maioria dos casos, a doutrina reprovada aos moralistas da Companhia, mas reivindicava para eles a ortodoxia de um justo método e a autoridade da tradição. O basta foi universal. A confissão parecia um desafio. Assim, em 7 de janeiro e 4 de fevereiro de 1658, os Párocos de Paris, em Assembleia regular, decidiram retomar e levar adiante o caso, tanto perante a jurisdição do Ordinário quanto perante o Parlamento.

Desta vez, os Jesuítas se agitaram de verdade. Tinham razões para temer a intervenção desse Parlamento que já lhes havia criado obstáculos ou os havia reprimido duramente, desde a Liga. Eles dispunham da Corte por intermédio do Confessor. Desde 6 de fevereiro, o Rei convocou os dois síndicos; e na presença de Mazarino, do Chanceler, do Procurador-geral e de alguns outros personagens, ele proibiu os Párocos de se dirigirem ao Parlamento. Autorizou-os somente a recorrer à Oficialidade.

Os Párocos representaram, não sem razão, que era precisamente o meio de direito que haviam se acreditado autorizados a tomar muito recentemente para obter justiça, em outro caso, contra o P. Bagot, S. J.; mas os Jesuítas, interpondo-se por seu confrade, haviam obtido, em 3 de agosto de 1657, uma decisão do Conselho do Rei, que «havia desobrigado o senhor Bagot da citação, e proibido os Párocos de usarem mais de tais vias e ao Oficial de conhecê-las, sob pena de nulidade dos procedimentos e de cassação das sentenças». De que adiantava, por conseguinte, iniciar um novo processo, destinado a sofrer a mesma sorte, assim que aprovesse aos Jesuítas? Não

se tratava, ao saber e à vista de todos, do P. Pirot, em favor de quem seus confrades se declaravam publicamente?

O argumento surtiu efeito; mas o cerco da Corte estava feito, e o Chanceler renovou a proibição expressa de se dirigir à alta magistratura. Ele consentiu somente que os Párocos acionassem a Apologia perante os Vigários-gerais e perante a Faculdade de Teologia.

Mas os Jesuítas se puseram novamente em campanha para impedir ao menos que a Sorbonne procedesse livremente; e quando a censura foi finalmente pronunciada, em 26 de julho, após muitas alternativas, eles fizeram novamente intervir o Chanceler para obter que ela não fosse tornada pública. Ela só apareceu três meses depois, e nada vale o relato dessas múltiplas diligências para dar a ideia exata do que pode ser uma intriga conduzida, de cima a baixo das hierarquias religiosas e sociais, pela Companhia.

Quanto aos Vigários-gerais, eles acolheram muito favoravelmente a queixa dos Párocos; mas a discussão ameaçava se eternizar, em meio aos embaraços da Administração diocesana. Foi para guiá-la e esclarecê-la que os Párocos publicaram primeiro o *Factum*, que foi o primeiro de seus Escritos. Oito outros se seguiram. Damos aqui uma nova edição deles.

§ 2. – O brilho.

Eles se sucederam ao longo dos anos de 1655 e 1656; e não é mais hoje um mistério para ninguém que Arnauld, Nicole e sobretudo Pascal puseram a mão neles. A assinatura dos Síndicos e do Bureau é suficiente, contudo, para lhes conferir um caráter oficial.

O efeito imediato foi considerável, apesar dos panfletos anônimos que os Jesuítas multiplicaram para sua defesa. Tanto mais que, por necessidade de se fazerem ouvir por seu povo, os Párocos, abandonando na maioria de seus Escritos (*Écrits*) o método dos Extratos ou a discussão escolástica, procedem por largas sínteses, retomando do alto os temas mais acessíveis a todos, com um vigor, uma clareza, um mordacidade incomparáveis. As próprias *Provinciales* são por vezes superadas⁹. Se há, nos Escritos, menos variedade, vivacidade ou encenação, o assunto é geralmente mais conciso. Nenhum parcelamento analítico nem textos examinados um a um, sem um nexo de rigor visível. Uma única tese de cada vez: «*O número dos Casuístas não pode impedir que sejam condenados. Da vantagem que os hereges tiram contra a Igreja da perniciosa moral dos Jesuítas. É um princípio dos mais firmes da conduta desses Padres o de defender em corpo os sentimentos de seus Doutores particulares, etc...*» Sobre isso se desenrola em grandes ondas o curso poderoso de um desenvolvimento límpido e pleno, de um ritmo e de uma eloquência ainda desconhecidos na língua francesa.

O sétimo Escrito¹⁰ é o diário de tudo o que se passara até então, a respeito desse grande debate. Ele nunca foi seriamente contestado senão em certos detalhes secun-

dários; e nele tomamos quase toda a nossa exposição dos fatos. Nele se encontrará mais de um outro detalhe, próprio a esclarecer a convicção dos espíritos mais prevenidos, notadamente sobre a partilha muito exata que, em todos os graus, desde aquele momento, cada um sabia fazer precisamente entre Pascal «secretário de Port-Royal» e Pascal secretário da unânime indignação das pessoas honestas.

Já, nessa data, um certo número de Prelados do reino, sem falar dos Vigários-gerais de Paris, apoiados por todo o seu clero, haviam dado sua adesão ao movimento partido da capital, editado advertências e censuras.

Os apologistas da Companhia argumentam com o fato de que, relativamente, eles são poucos. Sem dúvida! Muitos haviam sido por muito tempo retidos pela estranheza dessa espécie de apelo de um corpo subalterno à opinião eclesiástica de «segunda ordem»¹¹. Obstina-se também no jogo de massacre habitual; e os Bispos que entrevistaram são todos tidos por mais ou menos suspeitos de simpatia para com o jansenismo. Ora, vamos! Alguns, ao contrário, ilustravam a Igreja da França por sua ciência ou por sua virtude. Os outros, é verdade, se reservaram. É que os Jesuítas ou seus maus livros ainda não se haviam difundido em demasia em suas dioceses. Certos tinham escrúpulo de se fazerem parte, por um julgamento prévio individual, no curso do grande debate aberto perante a Assembleia do Clero da França. Se preciso, calavam-lhes a boca¹²; e os apologistas da Companhia sublinham, por conseguinte, com demasiada voluntariedade, que uma dezena de atos episcopais não representa nessa época senão uma magra fração do episcopado francês. Seria ainda preciso mostrar que não vale aqui o adágio: «Quem cala, consente». Pois onde estão as recusas de adesão ou os prelados refratários? E quais são aqueles que se pode suspeitar de terem aprovado em seu íntimo o que deviam logo censurar autenticamente e em corpo, em 1682 e em 1700, por uma manifestação de uma energia, de uma unanimidade e de um caráter sem precedentes?

Os Jesuítas, é verdade, esforçaram-se por adiar o mais possível esse vencimento. Tinha finalmente se dado conta do perigo. A Apologia afundava sob a reprovação geral. Suas outras respostas, apesar de sua sábia organização de propaganda, permaneciam impotentes para cobrir a grande voz de Pascal, seu riso vingador, o escândalo inegável da maioria dos textos que ele havia trazido ao debate. Mas seu crédito, por toda parte abalado no público e junto ao clero, permanecia poderoso junto ao jovem rei entregue pelo medo, segundo Saint-Simon¹³, à sua influência e aos seus conselhos. Eles souberam servir-se com decisão do braço secular e de seus trunfos na Cúria Romana.

Evidentemente, Pascal lhes havia dado um péssimo exemplo. Interrompendo brusca-mente sua dificultosa defensiva jansenista no árduo terreno da graça, ele havia desarmado a ala mais empreendedora de seus adversários com essa súbita incursão através dos terrenos propícios da casuística. O espírito de partido não deixava, é verdade, de abusar dessa «surpresa», para tirar dela vantagens ilegítimas, em favor das cinco proposições e para assim levar a mais lamentável confusão entre as duas or-

dens de ideias em discussão. Mas os Jesuítas são os últimos que têm o direito de se queixar disso. Eles se apressaram, de fato, a abandonar seu P. Pirot, que por isso morreu mais ou menos de ingênuo desgosto; e suas respostas mudaram de frente¹⁴. Após terem tentado defender a todo custo seu sistema de moral, eles agora recusavam a paternidade dele, contestavam os textos, fatigavam a atenção do público com sutilezas de escola, e pouco a pouco, sob o manto dessa cortina leve, operavam uma franca conversão de ofensiva. Habilmente, eles reconduziam a controvérsia, de uma posição indefensável, a seu ponto de partida para eles mais favorável. Os Jansenistas se davam ao erro de concluir em bloco contra o «molinismo», sobrecarregando-o com a acusação de laxismo, estabelecida doravante contra seus mais comprometidos Doutores; os Jesuítas replicaram tratando indistintamente de jansenistas os cristãos mais sinceros e os escritos mais irrepreensíveis, suspeitos de frieza em relação à sua política ou à sua moral.

Eles conseguiram assim proibir as assembleias dos Párocos de Paris. Obtiveram do Parlamento de Bordeaux a condenação das Provinciais e da notável introdução de Wendrock. Vitória duvidosa, aliás, e da qual os Jesuítas não têm razão em triunfar. Já, o Parlamento de Aix, em 9 de fevereiro de 1657 e o Santo Ofício, em 6 de setembro do mesmo ano, logo, a Sorbonne, em 7 de setembro, e o Conselho do Rei, em 23 de setembro de 1660, multiplicavam os rigores¹⁵. Eles não eram, portanto, jansenistas, nem mesmo insensíveis ao golpe desferido a uma Ordem estabelecida na Igreja e no Reino, em favor junto aos Grandes. No entanto, a Apologia havia concorrentemente sofrido, em Paris, julgamentos mais severos ainda, por parte da autoridade diocesana e da Universidade. O equilíbrio de uma justiça exata se estabelecia, por conseguinte, bastante bem, desde o primeiro dia, aos olhos de todo espírito reto e sem paixão. Manifestamente, o laxismo dos Jesuítas, assim como o jansenismo nas Petites Lettres, havia perdido a partida.

§ 3. – As consequências.

Entretanto, o debate transbordava há muito tempo as fronteiras da França. Nas Flandres, as Universidades de Douai e de Louvain, em meio às ardentes controvérsias suscitadas entre partidários de Baio e Lessius, haviam mais de uma vez censurado de passagem os princípios de direção em honra na Companhia. Boonen, arcebispo de Malines, e seu sufragâneo Triest, bispo de Gand, perseguiram a moral relaxada, com um zelo que infelizmente nem sempre era isento de segundas intenções. Mas o P. Lamy, uma das luzes da Sociedade, havia se encarregado de lhes fornecer pretextos e razões, com a intrepidez primeira dos Escobar e dos Pirot. As censuras se multiplicaram em Brabante, contra ele e seus confrades, de 1649 a 1657.

Em 1657 e 1664, enfim, aparecia o infeliz *Opusculum* de Amedæus Guimenius de Lomara, pseudônimo do Jesuíta Mathieu de Moya, confessor da rainha mãe da Espanha, «*Adversus quorundam expostulationes contra nonnullas Jesuitarum opiniones*», que Louis Marais, doutor em Sorbonne, pregando diante da Universidade de Paris, em 4 de outubro, qualificava com a acidez de estilo familiar àquela época como «a Clo-

aca de todas as imundícies e de todas as impiedades de que o espírito humano é capaz». A Faculdade de Teologia o censurou com vigor, em 3 de fevereiro de 1665.

Infelizmente, esses procedimentos, muito legítimos em geral por seu objeto, não deixavam, contudo, de estar manchados, em sua maioria, de preconceitos galicanos que inquietavam a Cúria Romana. Por um Breve de 6 de abril, Alexandre VII pedia a Luís XIV que usasse sua autoridade real para fazer revogar a sentença proferida pela Sorbonne contra um certo número de proposições ultramontanas professadas por Moya, misturadas com suas máximas relaxadas. Com toda a energia tradicional da linguagem pontifícia, o Papa exprimia a esperança de que «Sua Majestade, tendo-se tão fortemente distinguido em reprimir a heresia dos Jansenistas, não quererá que toda essa glória e todas as penas que tomou para esse assunto se tornem inúteis; e que no mesmo tempo em que esses erros contagiosos recebem o golpe da morte, se embote tão mal a propósito a ponta da faca que se lhes tem sob a garganta».

Luís XIV, longe de entrar nessas razões, acentuava então sua política de resistência às exortações dos Soberanos Pontífices; e o Papa, tendo lançado em 26 de junho uma Bula a esse propósito, os Homens do Rei a deferiram ao Parlamento; este recebeu o Procurador-Geral apelando como de abuso, intimou essa decisão aos Jesuítas do Colégio de Clermont e fez pedir à Sorbonne que «continuasse suas censuras com o mesmo zelo».

Não se poderia, portanto, acusar Alexandre VII de ter faltado nem em benevolência para com os Jesuítas, nem em energia para com os Jansenistas. Ele havia feito a Companhia retornar a Veneza. Foi ele, contudo, que, o primeiro, em 1665 e 1666, deu, a pedido de Jacques Boonen e de Antoine Triest, que seus adversários nos pintariam de bom grado como quase excomungados, dois Decretos contra a moral relaxada. Sem dúvida, ele evita nomear os Jesuítas. Não é o costume do Santo Ofício. Mas o sentido dessa condenação era bastante claro para todos, e ninguém se enganou, nem os amigos, nem os adversários da Sociedade.

Em 2 de março de 1679, o Venerável Inocência XI, por sua vez, condenou 65 proposições laxistas; e é preciso ser o cônego Maynard para suspeitar esse admirável Pontífice de uma «vingança», ou chamar-se P. Brucker para se aplicar a desacreditar a pureza de sua doutrina. Enfim, em 4 de agosto de 1690, Alexandre VIII censurou o «pecado filosófico» inocentado pelos teólogos da Sociedade.

As «liberdades» da Igreja galicana opondo-se à promulgação, na França, dessas decisões da Santa Inquisição romana, a célebre Assembleia do Clero de 1700, realizando um projeto de 1682, sob o impulso de Bossuet, retomou por sua conta a maioria dessas censuras, ao mesmo tempo em que completava a derrota do jansenismo. A questão estava definitivamente resolvida, do ponto de vista da ortodoxia.

Não que os Jesuítas tenham renunciado inteiramente desde então às tendências suspeitas de seus antigos casuístas. Ninguém mais contesta suas tenacidades. Todo o sé-

culo XVIII está repleto dos últimos ecos dessa querela; e o próprio Breve de Clemente XIV não lhe pôs fim de todo. Mas, pelo menos, foram forçados a empregar mais precaução, e não é mais hoje permitido a um membro do Instituto pretender que a Igreja condenou a «moral» de Pascal para se alinhar ao partido do laxismo, por fraqueza ou cumplicidade para com a Companhia. Nenhuma acusação é menos justificada pela história; nenhuma se verifica menos em doutrina. São puras diatribes, sem autoridade e sem nuances, que devem ser deixadas a um Paul Bert, diante de uma Câmara de políticos ou para a maior alegria de um público anticlerical¹⁶. Sem o saber, esses Senhores são, em suma, os mais preciosos auxiliares dos Jesuítas, ao semearem do outro lado da barricada, sua impudente palavra de ordem: «A Companhia é a Igreja!». Há quase três séculos que os Párocos de Paris responderam, em atos e em palavras, a essa pretensão monstruosa de uns, da qual os outros se apressam em fazer contra o catolicismo uma arma envenenada.

II

OS «ESCRITOS DOS PÁROCOS DE PARIS»

O mais curioso é ver como os historiadores da Companhia se esforçam para esquivar esses Escritos dos Párocos de Paris (*Ecrits des Curés de Paris*), dos quais acabamos de expor rapidamente a ocasião, o brilho e as consequências. De bom grado, eles os tratam com desdém, apressam-se em nada citar deles e em diminuir, tanto quanto possível, seu valor e seu alcance. As interpretações mais contraditórias do incidente se aglomeram e se chocam sob sua pena.

É que lhes era preciso evitar, primeiro, que esse verdadeiro monumento de contro-
vérsia eclesiástica passasse sob os olhos do público. Este não teria deixado de ser ca-
tivado. O acento, a razão, a chama dessa obra-prima teriam arrebatado tudo. Pois al-
gumas dessas dissertações, no início sobretudo, poderão parecer um pouco lentas, de-
masiado carregadas ainda de discussões técnicas, para um leitor menos a par dessas
questões especiais e das paixões que agitaram uma época. Mas várias também per-
maneceram tão acessíveis, tão vivas, tão atuais quanto no primeiro dia. São a 4^a, a
5^a e a 6^a, para as quais aconselhamos os espíritos menos pacientes a correrem
primeiro.

§ 1. – O secretário.

É o próprio gênio de Pascal que aí aparece a cada instante. É preciso, bem ou mal, reconhecê-lo por sua marca.

Quando, por exemplo, o 6^o escrito se propõe a responder à resolução da Companhia de não tomar o partido nem de defender o P. Pirot nem de se render às razões de seus adversários, escutai o libelo elevar-se subitamente a uma altura e a um calor de eloquência dos quais não havia ainda modelo mais perfeito talvez em língua francesa:

O quê, meus Padres! Toda a Igreja está em alvoroço na presente disputa. O Evangelho está de um lado, e a Apologia dos Casuístas do outro. Os Prelados, os Pastores, os

Doutores e os Povos estão juntos de um lado; e os Jesuítas, pressionados a escolher, declaram «que não tomam partido nesta guerra». Criminosa neutralidade! É este, então, todo o fruto de nossos trabalhos, ter obtido dos Jesuítas que permanecessem na indiferença entre o erro e a verdade, entre o Evangelho e a Apologia, sem condenar nem um nem outro? Se todo o mundo estivesse nesses termos, a Igreja não teria lucrado muito, e os Jesuítas não teriam perdido nada. Pois eles nunca pediram a supressão do Evangelho. Eles perderiam com isso. Eles precisam dele para as pessoas de bem. Eles se servem dele por vezes tão utilmente quanto dos Casuístas. Mas também perderiam se lhes tirassem a Apologia que lhes é tão frequentemente necessária. Sua Teologia visa unicamente a não excluir nem um nem outro e a conservar um livre uso de tudo. Assim, não se pode dizer nem do Evangelho sozinho, nem da Apologia sozinha, que eles contenham seus sentimentos. A desordem que lhes é reprovada consiste nessa junção, e sua justificação só pode consistir em fazer a separação, e em pronunciar nitidamente que eles recebem um e que renunciam ao outro, de modo que não há nada que os justifique menos e que os confunda mais, do que não nos responder outra coisa, quando todo o forte de nossa acusação é que eles unem por uma aliança horrível Jesus Cristo com Belial, senão que eles não renunciam a Jesus Cristo sem dizer de nenhuma maneira que renunciam a Belial.

Pode-se, após tais acentos, negligenciar todos os outros indícios e mesmo a mais probante tradição: *Incessu patuit deus!* É a própria voz de Montalte, timbre e língua, que até mesmo se livrou de uma certa timidez dos inícios, ganhou amplitude e se abandona a toda a sua veemência. Em outros lugares, o rastro de sua mão é duvidoso, por causa das sobrecargas. Ela se manifesta aqui com brilho.

Há muito tempo, aliás, é um fato unanimemente reconhecido, e o próprio Maynard não o contesta. Ele deve inclinar-se aqui e ali, não apenas diante do talento preeminente do escritor, mas ainda diante da força de suas razões. A Pascal, ele consente primeiro que se atribuam o 5º e o 6º escrito; ele os concede a ele em outro lugar por si mesmo, depois o 8º, sem poder dissimular sua admiração¹⁷.

É manifesto, para não falar nem do léxico nem da sintaxe, nem do movimento totalmente outro da frase, que, segundo o sistema de pontuação e o andamento ordinário do período, dois redatores ao menos puseram a mão na apresentação definitiva. Até o 4º Escrito, por exemplo, e a partir do 7º, encontram-se nessas páginas coisas excelentes, mas às quais os Srs. Mazure, Rousse ou Davollé são muito capazes de terem dado sua forma. Falta-lhes aquele impulso interior, o jogo daquela incomparável luz que transfigura a redação pascaliana. Em outros lugares, Wendrock, sólido e calmo, sem dúvida segurou a pena. Quase em toda parte, porém, subsiste algo de Montalte. Ele interveio aqui e ali; e subitamente um parágrafo irradia de gênio.

Encontram-se até nos *Fragments* recolhidos por Faugère planos, rascunhos, de uma relação evidente com o 2º Escrito e com outros¹⁸.

Sobretudo, haveria um paralelo bem curioso a estabelecer entre as *Petites Lettres* e os *Escritos*. Nada faria sentir melhor, ao mesmo tempo, o que os diferencia e o que, no entanto, de parte a parte, só pode ter saído da mesma pena. Trata-se evidentemente de dois gêneros diferentes; mas, de primeira, Pascal forneceu os dois modelos.

As *Provinciales* pendem para o panfleto, o diálogo e a sátira¹⁹. Elas pressagiam ao mesmo tempo Boileau, La Bruyère e Molière. Os *Escritos* discutem, as *Petites Lettres* encenam mais. Nelas se saboreia uma pintura direta dos costumes. Personagens se movem, conversam, que deixaram para sempre na memória dos homens a imagem viva de um tipo de humanidade, de um «Caráter», à semelhança de Onuphre ou de Tartufo. Ouve-se mais, sob a assinatura dos Párocos de Paris, o acento oratório das Filípicas e de Bossuet, a meio caminho entre o púlpito e a tribuna. Há aqui mais eloquência, e lá como um antegoço da comédia.

As *Provinciales* são uma peça com gavetas, como o Misanthropo; e, sem dúvida, não se poderia reencontrar, nos *Escritos*, o equivalente dessa inigualável invenção nem essa verve efervescente. Esses «Discursos» nem mesmo se comprazem nas galerias de retratos ou nessas grandes figuras em afresco, das quais Bourdaloue faz um sermão. Nele não resta mais do que uma tese, poderosa e nua, alguns argumentos largamente desenvolvidos; mas é o bastante. O «bom Padre» aparece menos; a Sociedade talvez se mostre mais. Nas *Provinciais*, toda a Sociedade de Jesus se resume em um tipo particular; nos *Escritos*, o exemplar se esconde atrás do corpo, que por sua vez vive como tipo moral e se impõe. As *Provinciales* imortalizaram o Jesuíta, e os *Escritos* a Companhia.

A essas marcas, assim como à dignidade profunda e demasiado desconhecida da polêmica, reconhece-se por toda parte a grande alma pascaliana. É seu selo sobre essas duas obras. Montalte pôs em uma um nome de empréstimo; os Párocos deram seu nome à outra; mas há um caráter íntimo, mais irrecusável que todas as assinaturas, pelo qual se reconhecerá eternamente a mão que escreveu os *Pensamentos* e o *Mistério de Jesus*. Ele brilha nessas páginas com um esplendor que nada conseguirá cobrir.

§ 2. – Os signatários.

Seja! dir-se-á. Mas se os *Escritos* são de Pascal, não são, portanto, dos Párocos de Paris; e eis por terra o argumento que você queria tirar do testemunho do Clero da França em favor da tese antilaxista das *Provinciais*!

Perdão!

Certamente, não nos será reprovado por termos atenuado a objeção, dissimulando a parte do genial escritor na redação dos *Escritos*; mas essa objetividade mesma nos arma de um argumento mais peremptório contra a objeção.

As *Provinciales* são de Pascal, pois Montalte não é senão um pseudônimo; mas os Escritos são dos Párocos, porque os Párocos de Paris são uma assinatura. O pseudônimo vela o autor; um nome atribui pública e autenticamente a responsabilidade de um ato ou de um livro ao signatário.

Os apologistas da Companhia não conseguem refrear o mau gosto que os faz ainda hoje chamar Montalte de «secretário de Port-Royal». Metáfora bastante ridícula! Mas a mesma razão que os move a essa mesquinha vingança os impede justamente aqui de conceder a Pascal o único título que lhe convém a respeito dos Escritos. É aí que ele foi própria e realmente o secretário dos Párocos de Paris. É qualquer que tenha sido sua parte mais ou menos ampla, eficaz e gloriosa de colaboração, ele permanece para todo o sempre desta vez o «secretário», nem mais nem menos. Ora, que obra do espírito, que peça emanada da autoridade, de cima a baixo de todas as hierarquias, é então atribuída aos secretários que mais ou menos nela trabalharam? Que Encíclicas dos Papas, que Pastorais dos Bispos, que manifestos dos Príncipes, que textos de leis ou de tratados, e por vezes mesmo que capítulos dos livros de um mestre? O próprio P. Brucker consentiria que se fizesse ao P. Polanco toda a honra das Constituições de Santo Inácio? Aquele que assina legítima, ele dá ao escrito seu nome. Ele é doravante o pai legal, oficial, perante os homens.

Ao publicar essas segundas Provinciais, ao revesti-las de seu aval, foi seu crédito que o Clero parisiense de 1657 empenhou, perante a opinião e perante a história; e com isso, os Párocos se fizeram verdadeiramente fiadores da campanha contra a moral relaxada. Não se pode contestar sua assinatura.

Seria, ademais, ridículo querer reduzir seu papel a uma pura figuração. Manifestamente, eles têm uma parte ainda maior do que se disse nesta obra. Mesmo quando a mão de Pascal segurava a pena, eles seguravam a mão.

A própria diferença que marcamos entre as *Provinciales* e os Escritos trai sua paternidade. A inspiração, a documentação, o tom geral é deles; eles confiaram ao talento do escritor, que acabava de se revelar por um golpe de mestre, o detalhe da execução. Eles são os arquitetos, Pascal é o artesão submetido à sua direção e ao seu controle. Ele havia feito por si mesmo obra laica; eles fazem dele o auxiliar de uma obra propriamente eclesiástica, cujo tom, fontes, objetivo concreto lhes são próprios. Este operário está a seu serviço; e ele trabalha, em todos os sentidos da palavra, por conta deles.

Os argumentos que se opõem a essa visão tão clara e tão simples são insignificantes ou prevenidos. Maynard, por exemplo, não cita em contrário senão um testemunho, e ele mesmo, se se tratasse de outra coisa, não deixaria de achá-lo suspeito. O P. Guerrier, escreve ele (II, 414), disse ter ouvido de Mlle Perrier que os Párocos de Paris estavam a princípio bem resolvidos a pedir a condenação dos Casuístas, mas que nenhum quis se encarregar de escrever; que então, Fortin, diretor do colégio d'Harcourt, persuadiu Maquet, pároco de Saint-Paul, a aceitar esse emprego, prome-

tendo-lhe fazer compor esses escritos por pessoas muito hábeis; que, de fato, Fortin se dirigiu a Arnould, Nicole e Pascal, que são autores dos factums que apareceram sob o nome dos Párocos de Paris.

Seria preciso a paciente erudição do Sr. Jovy para desembaraçar esse imbróglio. Primeiro, não se trata de factums. O primeiro Escrito sozinho é um Factum, e é o único ao qual ninguém pretende muito que Pascal tenha colaborado muito. Notemos também que entre os signatários dos Escritos há de fato um Fortin, mas ele é Pároco de Saint-Christophe; e o Pároco de Saint-Paul se chama na realidade Mazure: são muitas incertezas para um único esclarecimento!

Ver-se-á, aliás, pelo Diário, se os Párocos de Paris eram homens a manifestar essa fobia que se lhes atribui pela palavra ou pela ação. Vêmo-los por toda parte darem de sua pessoa, intervirem individualmente e em corpo, insistirem, ripostarem, defendem-se, atacam, estabelecerem atos de procedimento eclesiástico onde certamente Montalte não tem parte, agitam a Sorbonne, o Arcebispado, o Parlamento, a Corte, falarem alto na casa do Chanceler, junto ao Conselho do rei. A intervenção explícita de Luís XIV os retém sozinha em várias ocasiões de ir mais longe; e, não duvidemos, outra vez, se for preciso olhar mais de perto, não é de pusilanimidade ou de apatia que os acusará o próximo historiador Jesuíta, mas, com uma sombra de razão, de intromissão raivosa e de obstinação sem trégua.

Esse Maynard, ademais, é impagável! Imaginem esses primeiros pastores de uma grande diocese, pregadores, escritores, em relação com a sociedade mais polida do Reino, doutores na maior parte em Sorbonne, dialéticos eméritos desse grande corpo de uma reputação universal, e que disputam entre si quem não porá por escrito as reflexões que seu Bureau e suas Assembleias decidiram submeter ao público? Vedes esses Síndicos da associação eclesiástica mais reputada da Igreja galicana, então transbordante de talentos e de luzes, que se confessam a seus mandantes incapazes de redigir um Extrato ou de desenvolver uma Tese, emprestada toda viva de suas preocupações mais ardentes? Ler-se-á mais adiante passagens de Petições, Memoriais, Mandados que se multiplicaram sobre este assunto de um extremo a outro da França; admira-se a originalidade, a ciência teológica, o conhecimento dos Padres, a bela compostura literária: e só o Clero da capital teria sido incapaz de formular seu pensamento? Num mundo onde cada um escreve em profusão, num debate onde se amontoaram bibliotecas a dar inveja a todas as nossas Academias, esses únicos Párocos teriam permanecido mudos?

É uma insinuação ridícula.

Os apologistas da Companhia não deixam de acrescentar a mais audaciosa impertinência. Eles reenviam brutalmente a seus paroquianos esses pastores de um mérito tão brilhante e mesmo de uma superioridade tão alta sobre seus contraditores anônimos e sem mandato: «Ocupem-se, pois, de suas paróquias!» Como se os Jesuítas unicamente tivessem direito à palavra, na Igreja de Deus; como se os Párocos não tives-

sem o encargo de seu povo; ou bem como se o Episcopado não fosse o único juiz da legitimidade dessa preocupação e dessas diligências do clero da «segunda ordem», como enfatiza Brucker.

De resto, quando o Clero da «primeira ordem» intervier, ele não encontrará graça maior; e um Bispo, mesmo que fosse a Águia de Meaux, faria melhor sem dúvida também de «se ocupar de sua diocese», se vier a ser desagradável à Companhia. «Eu não compreendo Bossuet nesta ocasião», dirá Maynard consternado, a respeito da condenação das máximas relaxadas pela Assembleia de 1700.

Não é, contudo, difícil de «compreender» que a opinião geral estava farta do laxismo, por volta da segunda metade do século XVII, e que a esse sentimento comum, os Escritos deram precisamente sua expressão definitiva. Qualquer que seja literariamente o redator, não é difícil tampouco reconhecer, nos Escritos, a marca de verdadeiros Doutores, pastores ao mesmo tempo de grandes paróquias, ameaçados em seus mais altos interesses espirituais e orgânicos pelas empresas de desmoralização da Companhia de Jesus, no púlpito, no confessionário, junto aos poderosos do dia. Múltipla impressão, que fez os Escritos à imagem e semelhança mesma dessa colaboração, e de onde nasceu um milagre de eloquência.

As coisas, em resumo, passaram-se então da maneira mais simples do mundo. As Provinciais haviam comovido profundamente o Clero da capital; ele resolve esgotar essa querela. Ele inicia as primeiras diligências. Ele tem em andamento um apelo a toda a opinião eclesiástica. Entretanto, a reputação súbita do jovem escritor, que cada um aponta como o autor das Petites Lettres, impõe-se cada vez mais à admiração geral; os Párocos resolvem recorrer a ele para dar à sua intervenção sua forma definitiva e a mais eficaz. Mas há uma dificuldade. Montalte é devotado a Port-Royal. Seu jansenismo pode comprometer esta campanha de salubridade pública. Não importa! Ele e seus amigos têm razão ao menos em um ponto, e é isso que se trata de reconhecer nitidamente, ao mesmo tempo em que se repele suas outras sugestões. Os Párocos se contentarão em separar, por conseguinte, com a mais justa energia, as duas causas; eles não farão sua senão a parte do processo que adotam e levantam; eles estabelecerão sem contestação possível que o Pascal jansenista lhes agrada tão pouco quanto a tese do Pascal moralista lhes é cara. Quanto à sua parte na execução dos Escritos, o nome dos Párocos e o selo dos Síndicos é suficiente para cobri-la. Dirigido, vigiado, corrigido, retificado, posto a ponto, seu trabalho não será mais dele, mas de todos. Um só deles o tivesse tomado a cargo, que ao adotá-lo o teriam feito seu por inteiro. Como seria diferente, porque é Pascal que recebe deles todo o fundo remanejado e transfigurado de suas Provinciais, para lhe ajustar uma forma digna deles e dele?

Na verdade, é discutir demais; e que os Breves de Inocência XI tenham sido escritos por Casoni, ou os Escritos dos Párocos mais ou menos retocados por quem quer que seja, são Breves papais e são os Escritos dos Párocos de Paris: eis a evidência. O acento do gênio lhes foi concedido por acréscimo.

§ 3. – O Jansenismo.

O único ponto interessante seria saber até onde o Clero parisiense foi unânime neste assunto.

«Alguns» Párocos, diz Brucker; e Maynard, mais preciso, já havia escrito: «No começo de 1658, vários Párocos de Paris (eles haviam se cindido neste assunto do Jansenismo) buscaram a condenação do *Apologia*». Mas, como se vê, é sempre o mesmo truque de escamoteação e o mesmo procedimento de prestidigitação. Não se trata, mais uma vez, deste assunto do Jansenismo, mas deste assunto do laxismo. São duas querelas, que a Igreja resolveu ambas separadamente; e assim devemos fazer a seu exemplo, sob pena de sectarismo.

No assunto do Jansenismo, os Jesuítas se encontraram, é verdade, do lado daqueles que tinham razão, ainda que sua intervenção tenha continuamente desservido mais do que ajudado os verdadeiros defensores da ortodoxia, por excessos, querelas excêntricas e deploráveis procedimentos pessoais. Mas no assunto do laxismo, o mínimo que se pode dizer, ao contrário, é que se encontra certamente a Companhia do lado onde floresceram as máximas relaxadas.

Sustentar naquele tempo, perante a Igreja, que as cinco proposições não estão em Jansenius, ou pretender hoje que a centena de proposições morais, levantadas por Pascal, pela Sorbonne, pelo Clero da França, pelo Santo Ofício e por Inocência XI não se encontram nos casuístas da Companhia, é exatamente a mesma escandalosa comédia; e seria curioso mostrar como os controversistas Jesuítas, ferozes adversários de Port-Royal, recolhem neste ponto, para sua defesa, as mais lastimáveis sutilezas de Arnauld ou de Quesnel.

Acabemos, de resto, com uma fonte eterna de equívocos e de generalizações cômodas demais. Sobre alguns dos signatários dos Escritos, é certo que as informações são desfavoráveis. Mazure, de Bréda, Fortin, Marlin²⁰ passaram, em particular, por bastante galicanos, senão jansenistas. E depois?

É impossível entender nada de nenhuma época histórica, se nos ativermos à teoria dos blocos. Nada é tão simples (ou tão simplista) nos grandes problemas que agitaram e por vezes transtornaram a sociedade dos homens. No curso desses grandes debates, descobre-se habitualmente uma infinita variedade de nuances e de incertezas, que a cada instante modifica a situação respectiva dos partidos, a composição dos grupos e a direção dos esforços. Jamais refrega foi mais movediça, em particular, do que nesta época. A sociedade cristã na França, sob Luís XIV, não se divide de modo algum, como se quereria nos fazer estupidamente acreditar, em Jesuítas e em Jansenistas. Fora, dentro, e acima desses dois clãs, separados pela história, há precisamente toda a Igreja, dilacerada a cada instante pelas facções, sempre reunida e triunfante apesar dos atentados das seitas. Os próprios Jansenistas, obstinados até o cisma e à heresia no terreno do Augustinus, redimem-se muitas vezes, nos inícios

sobretudo, por clarividências seguras e admiráveis virtudes; e contra os Jesuítas regalistas, vários tiveram razão até o martírio. Sobre a decadência da Contra-Reforma católica, acelerada pelo laxismo e pelo «aulicismo» da Companhia, a maioria, com excessos e as iniquidades inseparáveis de toda polêmica, viu justo de início e deu o grito de alarme. Quanto ao ultramontanismo, isto é, à preocupação com a unidade, as traições e os retornos do interesse pessoal se igualaram por muito tempo, nos uns e nos outros, com alternâncias ora trágicas ora cômicas. Todas as escolas, uma após a outra, apelam a Roma contra a opinião rival e só fazem cisma por despeito contra a sentença. A própria Companhia, sempre pronta a se cobrir de Roma ou a comprometê-la em suas incessantes querelas, entrega Roma com desenvoltura, assim que vê nisso sua vantagem, ao galicanismo e sobretudo ao cesarismo dos Príncipes. Nem Bonen, nem Pavillon, nem Caulet, nem Godeau, nem Bossuet, nem Pascal, nem Luís XIV são de uma só peça: são homens, solicitados ora por suas paixões ora pela luz, como todos os homens, falhos em um ponto, admirados e louvados em muitos outros pelos juízes mais autorizados. Entre suas doutrinas e suas tendências, escolhas delicadas, contínuas inversões de valores se operaram no dia a dia, no curso dos eventos. Arnauld tem todo um grande lado católico, que impôs respeito até seu último suspiro aos melhores. E com quanta mais razão, no seio do imenso povo cristão, a luta entre esses elementos diversos, os mal-entendidos, os preconceitos, a virtude da graça e o apego ao centro da unidade, vencedor ao final de todos os equívocos, operam misturas e dosagens ao infinito. A mesma alma, do dia para a noite e muitas vezes ao mesmo tempo, é um abismo de contradições.

É uma verdadeira empresa de maleficência intelectual, a de nos fingir que a simpatia total e cega, a respeito de uma Ordem particular, submetida a todas as enfermidades comuns e contestada ao longo dos tempos pelos melhores espíritos e pelos maiores santos, marca o cume fronteiro da ortodoxia, a linha de partilha e de discernimento das boas vontades do mundo cristão. Não se poderia amesquinhar e aviltar mais a história da grande instituição que fundou o Filho de Deus feito homem, e não Santo Inácio de Loyola²¹. Na realidade, o critério permanente, único legítimo e seguro, é o magistério eclesiástico ordinário ao qual preside a Cátedra de Pedro. É a incômoda Companhia, ora à direita, ora à esquerda, raramente em seu justo lugar, não é nem um guia, nem mesmo uma bandeira, que permita reconhecer o bom espírito das tropas ou o centro real do combate.

Os Párocos de Paris, não mais que os Bispos da França, ou os grandes escritores do tempo, ou mesmo os teólogos da Cúria Romana, não poderiam, portanto, ser classificados sumariamente, como quereria a abominável tradição da Companhia, em Janseistas de um lado e Católicos irrepreensíveis do outro, segundo o único critério jesuítico.

Os Escritos levam uma dezena de assinaturas: já é mais do que «alguns» ou do que «vários». Além disso, esses dez nomes são de Síndicos ou de membros de um Bureau, que falam publicamente em nome de todos, que protestam com veemência contra as

primeiras insinuações sem prova e sem decência, que lhes contestam essa qualidade de representar devidamente uma coletividade reconhecida, regular, tendo encargo e mandato na Igreja hierárquica. Essa reivindicação é esmagadora para o adversário.

Falam-nos de um cisma ou de uma dissensão, a respeito do Jansenismo. Esperaremos que se precise mais, a propósito desta diligência contra o relaxamento das doutrinas morais. Que nomeiem os dissidentes! Que publiquem seu protesto e suas reservas! Que se estabeleça seu valor exato e sua autoridade!

De fato, a petição e os Escritos foram acolhidos pela autoridade diocesana e pela Assembleia geral do Clero da França, apesar da oposição dos Jesuítas e da Corte, exatamente pelo que se davam, isto é, pela emanção de um Corpo constituído, legítimo; e a oposição mal se mostra. Ter-se-ia o cuidado de dar-lhe destaque! É uma prova irrefutável e definitiva da autenticidade desta intervenção, não individual e privada, mas corporativa e especificamente eclesiástica, sancionada pelos Juizes da fé. Todo o resto, é preciso dizer a palavra, não é senão calúnia grosseira, habitual, ai! e que durou demais.

Alguns dos promotores, dos signatários, foram mesmo jamais jansenistas, ou tingidos de Jansenismo, ou simplesmente inclinados à simpatia, como um São Vicente de Paulo na origem, por certos aspectos sedutores ou legítimos das teorias pedagógicas e da austeridade de Port-Royal? A verdade, sem dúvida, é que mil influências contrárias trabalhavam também esses espíritos; e não é uma razão suficiente para catalogar formalmente como heréticos Doutores que permaneceram fiéis até a morte à comunhão da Igreja, o juízo reto que eles fizeram sobre a casuística dos bons Padres. Sua campanha, em todo caso, nunca passou nesse sentido por heterodoxa. Mais violenta e mais avançada que a das Provinciais contra os Jesuítas como Corpo, ela nunca incorreu nas mesmas censuras. Faz-se grande alarde das condenações proferidas de toda parte contra as Petites Lettres: que se explique, então, como as mesmas censuras foram poupadas aos Escritos? Que se explique como sua queixa, ao contrário, foi finalmente recebida, examinada, confirmada pela Autoridade que tivera de reprovar Montalte?

Houve, certamente, contestações. O contrário espantaria. O resultado constitui uma evidência ofuscante.

Quanto mais se objetar, mesmo, a origem ou a inspiração jansenista, mais se reconhecerá, bem ou mal, a força das razões que fizeram triunfar sobre todas as resistências, todas as prevenções, e até mesmo todas as prudências, este requisito im-piedoso? Era preciso que uma diatribe tão comprometida, segundo o dizer da Companhia, tivesse acertado em cheio, para que os Poderes mais desconfiados, como vimos, a respeito de tudo o que cheirava a Port-Royal, devessem inclinar-se, contudo, neste assunto, perante o bom direito?

III

O PROBLEMA DOUTRINAL

Isso quer dizer que os Párocos de Paris foram em todos os pontos infalíveis, e seus Escritos sem defeito? Longe disso. Basta à sua glória terem visto e acertado em cheio quanto ao essencial.

Uma confusão extraordinária reinava em seu tempo sobre um dos pontos mais frequentemente remoídos da discussão, e eles não lhe trouxeram uma luz completa, por falta das distinções úteis, pouco a pouco introduzidas e consagradas pelo lento e penoso trabalho das escolas teológicas. Mas é em vão que seus contraditores tentariam aproveitar-se de um longo equívoco para escapar ao veredito unânime.

§ 1. – O probabilismo.

Os Párocos de Paris, no curso dessas páginas, parecem muitas vezes atacar o probabilismo; e o probabilismo é uma doutrina de moral fundamental que parece hoje bastante geralmente recebida na Igreja. Mas um dos primeiros princípios da crítica é tomar, tanto quanto possível, as palavras no sentido que elas revestiam para os controversistas em presença, abstração feita das precisões e das nuances que as discussões subsequentes lhes introduziram. Ora, sem entrar em um exame detalhado dos sistemas que nos levaria longe demais, é fácil responder com uma palavra que nada se assemelha menos ao probabilismo reprovado aos casuístas do que o neoprobabilismo que prevalece hoje na Escola²². A doutrina doravante em honra é, na realidade, uma refundição, um equilíbrio, uma espécie de dosagem longamente aperfeiçoada das tendências adversas do probabílorismo e do probabilismo no sentido antigo. As atenuações, as combinações aí abundam. Levou-se em conta todas as dificuldades e todas as espécies, para chegar, em suma, de parte a parte, à elaboração de uma espécie de equiprobabilismo complexo, flexível e delicado, a cujo jogo presidem outras regras superiores. Chega-se a mitigar, excetuar, equilibrar, reforçar ora a aplicação dos princípios comuns, ora em favor da regra e ora em favor da liberdade, seguindo os meandros de uma análise da lei e os detalhes infinitos de uma síntese moral, verdadeira obra-prima da psicologia religiosa. Nossos Universitários e nossos Parlamentares, pouco familiarizados com esses resultados cautelosos de uma quente experiência, têm o caminho livre para tratar disso levianamente, para o divertimento do público: é a eterna história de Orfeu despedaçado pelas Bacantes.

Ainda, entre os teólogos, as duas correntes de outrora são reconhecíveis, e as duas grandes linhas paralelas de sistemas, antes divergentes, continuam a prestar-se à crítica recíproca. Pois parece que, nessas questões da consciência como da graça, haverá sempre uma parte misteriosa irreduzível a toda explicação humana, uma faixa de flutuação e de penumbra, que Deus reservou ao jogo mais secreto do livre-arbítrio, aos méritos da obediência gratuita à autoridade pessoal daqueles que o representam aqui embaixo. Jamais certeza moral terá a brutalidade de uma evidência física, matemática e abstrata.

Mas o probabilismo dos Jesuítas do século XVI e do século XVII, isto é, o que os Párocos de Paris entendem e combatem sob o nome de probabilismo, é outra coisa completamente diferente. O sistema das «probabilidades», como se dizia então, erigido em princípio absoluto, sem contrapeso, assemelha-se a uma verdadeira aposta contra a austeridade do Evangelho. O vício de seu princípio salta aos olhos, e por pouco não nos espantariamos que ele não tenha levado seus adeptos a piores abismos. Os Párocos de Paris assinalaram suas consequências mais monstruosas, a perpétua inclinação ao laxismo. E o mínimo que se lhes pode conceder é que sua crítica não pouco contribuiu para a retificação desse primeiro ensaio rudimentar e falseado de uma sistematização contestável. Uma reforma da casuística era necessária, sob pena de vê-la transformar-se praticamente em uma empresa metódica de desagregação da lei moral. É um serviço imenso que os Escritos prestaram assim à Igreja e à própria Companhia de Jesus, na ladeira de um relaxamento inegável.

Os Párocos nunca ultrapassam, por seu lado, a exata medida? Essa é outra questão, que se deve deixar aos teólogos deslindar. Eles certamente caem, aqui e ali, em um rigorismo excessivo, que o leitor, no estado atual de nossos costumes largos, não terá senão facilidade demais em perceber e criticar por sua vez. O resto, por muito tempo ainda, na Escola, deveria ser para os especialistas matéria de longas hesitações, tateios, aproximações penosas, que preocuparão durante séculos as melhores cabeças e dividirão os mestres das novas gerações clericais, sem encontrar exatamente seu ponto de equilíbrio. A própria Roma penderá ora para um lado, ora para o outro, conforme aparecerem ora preponderantes a necessidade ou as vantagens da solução mais severa ou da solução mais indulgente. Seria injusto, em primeiro grau, exigir, por conseguinte, dos Párocos de Paris, em 1656, que tivessem antecipado, de uma maneira incompreensível e sem precedentes, o passo lento dos séculos em direção à luz.

De um problema, cuja portée e perigos eles compreenderam maravilhosamente, já é belo que tenham sabido extrair pelo menos o dado mais premente e mais luminoso. Que importa que se tenham mostrado por vezes demasiado severos? Não o foram mais do que o necessário em suas reclamações contra uma corrente injustificável de indulgência para com o pecado e de direção ao contrário das consciências. A Igreja, sobre isso, partilhou seus escrúpulos e seus temores.

§ 2. – A Casuística.

Menos ainda seria desculpável deixar-se enganar pelo vão desvio daqueles que fingiriam tomar contra os Escritos a defesa da Casuística em geral. Onde os Párocos escrevem casuístas, assim como probabilistas, cada um sabe bem que se deve entender mais uma vez laxistas. São em sua boca sinônimos, e isso é tudo.

Menos que ninguém, esses Doutores ignoravam que a Casuística é um ramo da Teologia moral, e, como tal, faz parte das disciplinas eclesiásticas. Ela aplica aos casos particulares os princípios gerais, reduz à prática as direções segundo a imensa diver-

sidade das circunstâncias, que na vida, cruzam, entrelaçam, opõem as obrigações mais diversas. Ela resolve os conflitos de deveres, desvenda as contradições aparentes das fórmulas abstratas, fixa esse justo meio da virtude onde se conciliam todas as misteriosas antinomias dos dogmas e do destino.

Em um sentido largo, as tragédias de Corneille, por exemplo, ou o romance contemporâneo, abundam em casos de consciência; encontram-se em todos os grandes filósofos da antiguidade. E o belo desdém que afetavam outrora os Universitários a respeito desses pretensos jogos de espírito teve de ceder pouco a pouco, em todos os homens de boa fé, à evidência das necessidades de adaptação perpétua da vida moral a suas condições de desenvolvimento e de experiência.

Tanto vale a Moral, e tanto vale geralmente a Casuística. O gênio, sem dúvida, tem pouca parte neste trabalho minucioso e hábil de implementação; basta-lhe a engenhosidade; é preciso sobretudo bom senso. Nada menos transcendente, mas nada mais útil nem mais delicado. A eloquência não serve para nada, nem o sentimento. A imaginação está sujeita a se desviar. Concebe-se, a seu respeito, o horror do romantismo. Trata-se de discernir apenas com exatidão as razões e os fatos. Citam-se ilustres pregadores que foram, por falta de medida, medíocres conselheiros de almas.

Não se deve, portanto, atirar a primeira pedra nos Casuístas senão depois de ter olhado de bem perto. Mas os Escritos tinham, para generalizar, razões que nós não temos mais; e eles se propõem, aliás, a combater um abuso, não a demolir uma ciência ou a vilipendiar uma profissão. Através dos autores que eles visam, é aos confesores e aos diretores de consciência que os utilizam que eles se dirigem sobretudo; e não sem motivos.

Os Jesuítas haviam, de fato, trazido, desde suas origens, a essas matérias, um ardor e obtido sucessos bem naturais. Tendo defendido contra o Protestantismo e prontos a defender contra o Jansenismo a doutrina católica da Penitência e a prática tradicional da Confissão, eles haviam feito da direção das almas, em todos os meios, uma espécie de vocação e quase de monopólio. Eles tinham aí sua razão de ser, seu ganha-pão, sua especialidade, seu triunfo. Nada de espantoso que seus escritores se dedicassem de bom grado a fornecer-lhes manuais ou guias no exercício dessa arte das artes que era para eles o manejo secreto das almas.

A corrente geral da época levava, aliás, os espíritos, em história, em literatura, às preocupações morais mais do que metafísicas; e a influência da Itália e da Espanha se faz sentir por toda parte. Balzac está cheio de concetti, e Voiture gongoriza. Há preciosismo até em São Francisco de Sales. Os Casos de consciência de além dos Alpes e de além dos Pirineus deviam pulular no seio de uma Ordem que se gabava de ser ultramontana, em tudo o que não ofendesse o César-papismo da Corte e dos Parlamientos. Eles sutilizam à porfia sobre os preceitos, como os escolásticos da decadência haviam refinado sobre o dogma.

Seus adversários não tiveram, portanto, que exumar, como repetem todos os panegiristas da Companhia, Casuístas desconhecidos e quase inencontráveis na poeira das bibliotecas. Suas obras se exibiam por toda parte em plena luz, não apenas nas prateleiras das celas monásticas, mas ao lado de todos os breviários do Clero secular e entre os livros de horas dos fiéis, como o penhor e o sinal do triunfo da Companhia, de seu controle tanto sobre o alto ensino espiritual quanto sobre os mais humildes labores de consciência. Com a Bíblia e antes de todos os outros grandes sucessos de livraria, os Casos de consciência haviam conhecido, naquele tempo, as maiores tiragens. É a grande produção impressa da época. O *Liber Theologiæ moralis* de Escobar, edição clássica das mais portáteis, conta com umas quarenta edições²³; a Soma dos pecados de Bauny é em francês.

As obras de Bourdaloue, das quais os apologistas da Companhia tentam, na esteira de Voltaire²⁴, opor a figura e a influência às desses infelizes Casuístas renegados tarde demais, só foram impressas após a morte do famoso pregador, e com infinitamente menos sucesso.

Era inevitável que os abusos dessa triunfante Casuística estivessem à medida de sua vitória. É o destino ordinário das coisas deste mundo. O arrastamento da voga, as vaidades e a emulação do espírito de corpo inevitavelmente deviam inclinar as cabeças menos sólidas a singularidades, a extravagâncias, cujas repercussões seriam infinitas. Um Suarez tem as suas²⁵: até onde não iria um Lamy?

Mas seria pouca coisa ainda essas falhas individuais. O que mais impressionou os observadores foi ver a inclinação geral dessa produção para um total enfraquecimento da disciplina e da regra dos costumes. Automaticamente, o «probabilismo» laxista estendia seus estragos. A Companhia, senhora do poder espiritual, compunha-se com o inimigo.

Fato bastante incontestável para que os próprios Apologistas se esforcem para explicá-lo da melhor maneira que podem. Tentamos destacar certas razões que eles nunca dão, e com razão. Quanto a eles, invocam, por outro lado, o zelo pela salvação das almas, a tentação que leva os pescadores de homens a estenderem sempre mais suas redes. Uma certa largueza de absolvição torna-se para eles uma espécie de vício profissional; talvez também lhes parecesse aos Jesuítas uma maneira de bem manifestar seus plenos poderes apostólicos.

Sem dúvida, ainda teria sido tempo, por volta dessa época, aos primeiros gritos de alarme, de subir a terrível ladeira, de conjurar esse enfraquecimento da civilização cristã, cada vez mais afetada pela invasão das correntes modernas. Bastava reatar com os melhores elementos de ordem, em vista de uma reação. O exemplo de Port-Royal não era um modelo, talvez; e faz-se-lhe demasiado a honra, desde Sainte-Beuve, de ter sido o único a tentar esse esforço, enquanto tantos outros, e a própria Igreja, o multiplicaram sob mil formas. Mas era um sinal. Um grande número de espíritos o captou. Saint-Sulpice, Saint-Lazare, o Oratório, um Bossuet mesmo, tiraram

largo proveito. Mas os Jesuítas haviam deliberadamente escolhido outra via; e, resolvidos a reinar por todos os meios, eles se obstinaram a fazer, da Casuística menos segura, o instrumento de sua preponderância e a carta de seu império.

Eis o perigo que maravilhosamente discerniram os Párocos de Paris. Não é da Casuística, mas dessa Casuística que eles movem o processo. E, na verdade, tornava-se urgente que um dique se opusesse a esse transbordamento mortal de doutrinas e de práticas dia a dia mais ousadas, mais insolentes e mais indignas do nome cristão.

§ 3. – A Companhia

Vale a pena, depois disso, considerar as últimas objeções que os diversos Bruckers antigos e modernos da Sociedade ainda levantam para salvar ao menos a face? A ouvi-los: *«A Companhia não tinha apenas autores relaxados. Todos os autores relaxados não eram da Companhia. Que influência, enfim, podiam ter sobre o estado geral dos costumes certas teses mais ou menos rebarbativas perdidas no meio de in-folios sem leitores»*²⁶.

Maynard, a propósito de Pascal, ele mesmo joga com esses maus clichês. Já respondemos a isso pela metade. Bastará observar aqui:

1º Que a maioria dos Casuístas da Companhia, e eles são inumeráveis, cediam mais ou menos a essa corrente unânime de facilidade, que cedo ou tarde devia levar às catástrofes. É fácil reprovar os Párocos ou Montalte por voltarem sempre aos mesmos. Na realidade, eles citam vinte. É o próprio Maynard, depois de ter reprovado a Pascal por atacar os eternos Escobar e Bauny, sente a necessidade de dar em Apêndice a seu livro Notícias dos autores Jesuítas citados nas «Provinciais». Ora, há mais de cinquenta, e é a elite. Escobar e Bauny marchavam, portanto, em belo cortejo! E o pobre P. Geral Tirso González faz uma figura bastante medíocre, sozinho ou quase sozinho na extrema-direita dessa ala desguarnecida de um importante exército;

2º Outros Teólogos, sem dúvida, professaram o probabilismo ou seguiram as teses em favor na Companhia de Jesus. Seu número ou sua autoridade é sem proporção com a importância do movimento do qual os Jesuítas eram os protagonistas; e é uma piada querer hoje nos pintar esses Padres famosos como seguidores ou discípulos, em uma matéria onde por tanto tempo se haviam gloriado de passar por mestres. Todo caso ruim é negável; e pode-se sobre todas as coisas arguir ao infinito; mas é preciso reportar-se aos monumentos contemporâneos. A linguagem que se usa hoje não é mais a do P. Pirot, cuja desajeitada vaidade multiplicou tão imprudentemente as confissões; não é mais a do P. Escobar y Mendosa. De seus quatro animais e de seus vinte e quatro anciãos, únicos dignos de romper os selos do Livro, ao pé do trono do Cordeiro, quantos então não são Jesuítas? É para pregar uma peça em sua Sociedade que ele mesmo intitula o capítulo com o qual conclui todos os seus Exames: *«Praxis e Societatis Jesu schola»*? Que paradoxo vir hoje nos sustentar que essa Escola não existia, não tinha seus próprios modos e seus Mestres, ou não se tornara preponderante? O

Imago primi sæculi, certamente, não é senão um longo ditirambo de família. É preciso ler ali, contudo, as estranhas congratulações dos adeptos a respeito da multiplicação de seus confessores e da adoção vitoriosa dos métodos de Penitência segundo o espírito de sua Ordem²⁷. É verdadeiramente cômodo demais, mas pouco digno, mudar a todo propósito de opiniões segundo os interlocutores ou a fortuna. Entre pessoas honestas, isso não é aceito na discussão. Por volta de 1650, era preciso, meus Padres, que vocês percebessem que não eram a Igreja quase por si sós; depois de 1660, é tarde demais para se desdizerem de suas pretensões e do legítimo argumento *ad hominem* que elas forneceram para vos tomar, sozinhos, como alvo. *Patere legem quam fecisti!*

3º Enfim, nós o dissemos, esses in-folios poeirentos, essas teses que se quereria hoje nos pintar como inocentes, graças ao seu peso, ao seu latim escolástico e ao seu lugar reservado no inferno das bibliotecas clericais, corriam na realidade por toda a Europa, em todas as línguas e sob todos os formatos, tinham sua repercussão em todos os livros de piedade. Apenas somando os diversos volumes, edições e tiragens desses autores Jesuítas em voga, obter-se-ia um catálogo de biblioteca tão vasto quanto tudo o que puderam publicar desde então todos os Jesuítas e seus amigos. Não, os Casuístas não precisavam ser desenterrados; eles atravancavam a cena do mundo. São eles que substituem por toda parte os romances de gesta ou as Vidas dos Santos, e dão sua cor à época.

Opiniões especulativas, insiste-se, disputas de cortadores de cabelo em quatro, sem outra influência senão um sucesso de curiosidade na vida real? Ora, vamos! A sociedade é também a expressão de sua literatura. E por trás dos inventores de teorias, quem não vê o imenso batalhão dos instrutores, que, com seu livreto em mãos, dobra toda a Igreja militante a esses novos Exercícios dos filhos novos de santo Inácio? Estes, por sua própria confissão, confessam os reis, são por toda parte os mestres da consciência dos grandes; do fundo das Índias ao pé do Trono apostólico, eles dirigem o juiz e o artesão, o soldado, a serva. Todos os outros quadros eclesiásticos são mais ou menos seus émulos e seus aprendizes. E vêm nos dizer que seus livros-texto e seus mementos de bolso não têm importância!

O paradoxo é tão violento, que a dois passos dessa descoberta, aqueles que acabam de nos surpreender com ela se desmentem de repente. A força das coisas ou a cegueira da vaidade os constrange à mais divertida reviravolta. A propósito de uma decisão de Molina sobre o tráfico de negros, por exemplo, o P. Brucker esquecerá subitamente que acaba de atribuir à propaganda de Pascal todo o mal que puderam fazer às almas escritores ínfimos. Ouvi-o esbofetear-se a si mesmo e embocar a trombeta para nos dizer: «As decisões dos Teólogos, naquele tempo, nos países católicos, não eram vãs palavras, fadadas a se perderem nas regiões da teoria. Elas influenciavam a opinião pública e ditavam frequentemente a conduta dos Ministros e dos Soberanos». E ele nos pinta os efeitos consideráveis da decisão de Molina²⁸.

Assim, por toda parte, sempre, segundo o interesse da Companhia, examinam-se os fatos por uma ou por outra ponta da luneta. É tempo perdido levantar essas palinódias. A pena acaba por escapar de cansaço e de desgosto. Mas nos culparíamos por não recolher ainda um último traço. Pois não é apenas pelo livro que a Escola da Companhia propagava sua prática; e Brucker, decididamente distraído, faz questão de nos edificar inteiramente sobre a multidão e sobre a influência desses casuístas jesuítas, mesmo daqueles que jamais chegaram ao posto de autores:

Acrescentemos que, além do ensino escolástico da teologia moral, os Colégios da Companhia ofereciam ordinariamente lições públicas de Casos de consciência, e frequentemente elas eram dadas mesmo onde não havia cátedras de escolástica. Não se trata apenas de conferências, onde se discutia e resolvia as dificuldades que se apresentam aos confessores e aos diretores, mas também de verdadeiros cursos, destinados sobretudo a formar ou completar a instrução dos pastores populares. Neles se expunha sucinta e claramente os princípios da teologia moral, motivando-os sem discussão escolástica, solidamente embora brevemente, e se fazia em seguida a aplicação aos casos práticos. Essas conferências e esses cursos de Casos de consciência, que se encontravam em tantas casas da Companhia e que eram ordinariamente bem frequentados, ajudaram muito o baixo clero a se reerguer da ignorância que o desonrava, em quase todos os países católicos, por volta de meados do século XVI²⁹!

Obrigado pelo baixo Clero! Ao menos ele havia aprendido, por volta de meados do século XVII, do que se tratava, quando se levantou contra educadores que não o haviam reerguido de sua ignorância senão para precipitá-lo nessas monstruosas fantasias. Ao menos, os Párocos de Paris sabiam, por conseguinte, o que diziam ao se esforçarem para se opor à invasão dessa Casuística nova.

E os Jesuítas argumentam em vão que ela era então a de todos. Seria ainda culpa deles e a prova da lamentável vitória que eles se esforçam por não mais confessar. Uma marca, porém, de que havia outra Moral, sua rival austera, mas que eles haviam feito de tudo para sufocar, é que o primeiro pensamento do Episcopado francês foi precisamente opô-la a eles, ordenando publicar e distribuir às suas custas as Instruções de São Carlos Borromeu aos confessores.

É verdade que São Carlos, ele também, não é aos olhos da Companhia, cujos escandalosos súditos envenenaram a vida do piedoso cardeal, senão um Jansenista avant la lettre!³⁰

Tal foi a Querela do Laxismo.

Não se poderia sublinhar demais sua importância e seu caráter para os historiadores.

Os Manuais de História da Igreja, mesmo os mais recentes, não lhe dão o lugar necessário para oferecer um quadro suficiente dessa época. Eles a esquivam ou a sufocam. O próprio Mourret, apesar de sua extensão, despacha-a em algumas linhas. É para todo escritor uma questão candente. Ele não deve causar aos Jesuítas nenhuma

pena, mesmo que leve. O editor é formal: ele não quer opiniões perigosas que prejudiquem o sucesso de sua dispendiosa empresa. Que o autor, como Tillemont, tenha então o pé seguro da mula, mas para reconhecer e seguir os caminhos batidos. Todos já esqueceram, apesar do acúmulo de referências e do aparato crítico, a grande palavra de Leão XIII: «A primeira lei da história é não ousar dizer nada contrário à verdade e não ousar nada esconder dela».

Obstinados pesquisadores se consagraram à Querela do Jansenismo, à do Galicanismo, à do Quietismo; e seus trabalhos a cada dia elucidam algum problema obscuro dos anais religiosos do Grande Século. A ciência eclesiástica deve lhes ser grata. Mas é incontestável que a questão levantada com brilho pelas *Provinciales* a respeito das máximas relaxadas teve um alcance, um interesse, repercussões de outra forma profundas, que o incidente da Sra. Guyon e das Máximas dos Santos, a menos que se queira ver no Quietismo o esforço supremo das novas tendências morais para alcançar, para além da política, as altas regiões da espiritualidade.

A imensa produção dos Casuístas, sua influência na prática da direção das consciências, as inumeráveis escolas de aplicação que a Companhia de Jesus havia fundado para assegurar a extensão de seus métodos a todas as classes da Sociedade são um fenômeno ao preço do qual as divagações de uma iluminada e a ilusão passageira de um prelado não parecem ter muito outro alcance que o de uma rivalidade pessoal retumbante e de uma tempestade de Corte. Há, sob esse aspecto, se ousar dizer, demasiados fenelonistas e não suficientes pascalizantes atentos.

É preciso a todo custo devolver todo o seu valor a um debate que, talvez, nos traria a chave de tantas confusões e equívocos.

A posição da Companhia de Jesus, na França, no século XVII, foi bastante mal elucidada até aqui, como tentamos marcar em outro lugar. A Sociedade aproveitou-se demais da real vantagem de não ter contado nos quadros nem do Jansenismo nem do Galicanismo oficial, para se pintar como campeã sem par da ortodoxia doutrinal e disciplinar. Na realidade, ela permaneceu ela mesma mais profunda e perigosamente que a maioria do Clero contemporâneo à margem da grande corrente tradicional. Por sua conta, com mais sucesso que o Parlamento, ela explorou o cesarismo da Corte contra a autoridade de Roma, cujos privilégios extorquidos ela brandia para se formar em casta à parte na organização eclesiástica. É verdadeiramente a «Monarquia dos Solipses», como a batiza um trânsfuga. A hegemonia da qual ela conseguira se apoderar, graças a suas manobras obscuras ao redor do trono, trai-se por uma série de intervenções escandalosas e monstruosas, igualmente funestas à Igreja da França e à unidade romana. O «Jesuitismo» é um erro e um mal do Grande Século, misturado de serviços e de um grande brilho de talentos e de virtudes, mas no fundo tão heterodoxo quanto o esforço e os desvios de Port-Royal. De resto, Port-Royal passou; os Jesuítas permanecem.

Seus Apologistas abusam, para defendê-los, de um argumento fácil. Eles opõem às falhas individuais de certos de seus Padres e aos atentados mais abertamente concertados da camarilha todo-poderosa inspirada pelo P. de la Chaise uma infinidade de textos irrepreensíveis. É um jogo exumá-los dos imensos arquivos de um corpo tão grande e multiplicar assim nos espíritos as impressões contraditórias. Mas um sincero discernimento das fontes e dos testemunhos é suficiente para fazer a justa partilha de todos esses dados. É fácil ver de que lado se encontravam o número, o pensamento eficaz e profundo, sobretudo a atividade prática e cotidiana que transborda os discursos e os livros. O que se escreve não poderia entregar ao público o segredo íntimo de uma grande associação, discreta entre todas em seus recursos e em seus meios. São os fatos que gritam mais alto que todas as palavras. São os fatos que julgam e fazem a partilha das razões e dos erros. E os fatos estão contra a Companhia, contra sua política de então e talvez eterna.

A desculpa ou a explicação mais aceitável em favor da Companhia resulta, aliás, do próprio estudo do Laxismo. A teoria primeira da «probabilidade» dá conta até certo ponto das contradições, das faltas e das misérias da história dos Jesuítas no século XVII. Ela lhes faz a honra de reduzir sua famosa «política» à aplicação de um princípio mal elucidado, pouco defensável, mas em suma ainda tolerado e difundido na Igreja. Graças ao probabilismo mais largo, eles se precipitaram em fazer servir a seus interesses, ora e muitas vezes ao mesmo tempo, segundo as circunstâncias e as necessidades, as opiniões mais opostas, as mais aventurosas e finalmente as mais revoltantes. Eles defendiam umas; fizeram profissão de tolerá-las todas, para o bem das almas uma a uma, sem se inquietarem com a corrente geral dos costumes e com a salvação dos povos. Assim podiam subscrever a todos os sistemas triunfantes. Alguns os acusavam de ultramontanismo? Eles se defendiam em Paris; em Roma lhes faziam glória disso! Mas o P. Cotton dirige ao Parlamento uma cínica declaração de indiferentismo e de adaptação aos preconceitos, segundo as latitudes e os momentos. La Chaise e os outros subscrevem aos Quatro Artigos. São opiniões «prováveis»! O pró e o contra, pelo fato de terem seus partidários, têm um direito igual à consideração. Os Jesuítas não têm amor exclusivosenão pela verdade sem contraditores e não admitem convicções absolutas que estorvem seu estabelecimento ou seus progressos. As teses que o amor da singularidade e a necessidade de dominação inspiram a seus autores, as melhores e as piores, eles sempre retornam a elas com obstinação, desde que não tenham mais que desafiar senão os raios da autoridade espiritual; mas, diante do poder e dos Príncipes, eles abandonarão, se preciso for, até as aparências da religião mais essencial. Eles empurram Luís XIV contra Inocêncio XI: eles excitam o imperador da China contra o legado do Papa. Eles toleram a idolatria de seus cristãos do Extremo Oriente e se dobram à monstruosa desigualdade das castas malabares, assim como souberam explorar na Europa os desvios supersticiosos do culto da Santíssima Virgem⁸¹. Acima dessas «probabilidades» populares, o princípio, o grande, o único, o soberano princípio é que a Companhia se mantenha e comande. Ela não quer ver nos vulgares e desprezíveis preconceitos dos homens senão um meio de reinar. Desligada dessas querelas ínfimas, superior se necessário a suas próprias «opi-

niões» como às crenças mais vivamente debatidas entre o comum dos homens, basta à Companhia autorizar-se por elas e dividir para reinar, no meio da universal refrega dos Papas e dos Reis, dos Bispos e dos povos, das Ordens religiosas e das Instituições civis que a concorrem e a odeiam.

Essa espécie de indiferentismo, de agnosticismo, que Bossuet desvendou, não exclui sem dúvida nem as investidas, nem os equívocos, nem as obstinações passageiras contra o interesse da Sociedade. Mas o sentido geral dos fatos é um esforço constante, senão sempre consciente, para tudo reconduzir ao «bem da Companhia». O P. Pirot não é senão um incidente, o espírito jesuítico vive sempre.

Os Escritos dos Párocos de Paris, sobre o episódio do laxismo, fornecem as mais abundantes luzes; pois, mais uma vez, as Provinciais sofreram numerosas censuras, que só serviram para entreter o equívoco; os Escritos, eles, nunca foram censurados. Eles foram, ao contrário, recebidos como requisitório autêntico, na barra de todos os tribunais legítimos. Eles decidiram o processo. Eles o ganharão hoje mais uma vez, esperemos, junto à opinião, para um novo e mais exato ajuste desta grande Querela.

Em nossos Institutos católicos, numerosos aspirantes ao Doutorado não poderiam escolher uma tese melhor. Eles deslindariam nela com fruto, da posição central e principal, os desvios secundários de doutrina, para restituir ao monumento suas proporções verdadeiras e toda a pureza de suas linhas. Não pudemos senão indicar, aqui ou ali, de passagem, quantidade de questões de detalhe que se colocam e cuja solução, segundo as regras de uma crítica imparcial, satisfaria a múltiplas curiosidades. Espere-mos que este modesto trabalho, demasiado rápido e demasiado superficial, atraia a atenção de um espírito independente e estudioso.

O interesse literário não é menor; mas, desse lado, os encorajamentos são supérfluos. Uma multidão de eruditos está em ação e a cada dia aprofunda tudo o que toca a nossos grandes escritores do Grande Século. Tivemos que levantar algumas reservas bastante vivas sobre as tendências doutrinárias de alguns dos iniciadores e dos mestres desta grande corrente de história literária. Mas essas críticas, estranhas à erudição, não nos impedem de modo algum de render ao movimento em geral, a seus métodos e a sua fecundidade, uma larga homenagem. Nosso voto seria ver um Universitário tomar em mãos, do ponto de vista da língua e do gosto, a causa dos Escritos.

Resta-lhe muito a fazer.

Não pudemos senão indicar os pontos de partida de uma pesquisa verdadeiramente livre e fornecer os elementos de uma discussão mais completa.

Em um volume de vulgarização, era-nos pouco cômodo conservar estritamente aos textos suas formas arcaicas, particularmente a pontuação e a ortografia antigas. O proveito bastante magro de um trabalho tão minucioso não teria sido senão o de desorientar o comum dos leitores.

Não pudemos tampouco nos deter nas variantes das diversas reimpressões antigas que tivemos sob os olhos; e nos contentamos com a lição que nos pareceu a mais correta entre os textos originais ou emendados pela mão mesma dos autores. Esses detalhes não tinham para nós tanta importância quanto a preocupação de fornecer ao mais largo público possível um documento e uma primeira impressão de conjunto. Mas o interesse de uma edição crítica, o estabelecimento de trechos escolhidos e de comentários apropriados segundo os auditórios, tentará sem dúvida um ou outro dos infatigáveis trabalhadores, qualificados para esta tarefa ingrata e meritória.

Tais quais, estas Provinciais eclesiásticas visam menos a passar por um trabalho definitivo, do que a fornecer uma matéria para discussão, para ajustes, para novas pesquisas sobre um assunto quase inesgotável, do qual tentamos extrair apenas o sentido dominante e as grandes linhas incontestáveis.

Notas

1. PDF disponível em: <https://archive.org/details/critsdescurs00rcuoft> ↩
2. CLEMENTE XIV, O Breve «*Dominus ac Redemptor*», uma introdução e notas por I. de Récalde, Paris, Editions et Librairie, 1920. ↩
3. Cf. passim, Introduções à edição clássica das Provinciais, HAVET, livraria Delagrave; BRUNETIÈRE, livraria Hachette; HENRY MICHEL, livraria Belin, etc. Havet, sobretudo, nada em pleno sectarismo. «Em toda parte reina – diz ele falando dos casuístas antigos e modernos – uma moral igualmente tola e odiosa, que tende apenas a amesquinhar e a degradar o homem e o Estado em proveito do padre, e não leva em conta nem da lei, nem da justiça, nem do homem. E o Padre Gury pode ficar tranquilo, ele não precisa temer ser censurado por nenhuma autoridade religiosa, pois os seus são mestres na Igreja. Mas a Igreja não julga mais, ela é julgada, e quer ela absolva os Jesuítas, ou mesmo que os glorifique, eles não deixam de estar condenados sem apelação». No entanto, o histórico muito objetivo que o próprio Havet dá mais adiante da Querela do Laxismo no século XVII é suficiente para refutar essas invectivas, quanto ao passado. Faremos também do presente ↩
4. Cf. J. BRUCKER, S. J. *La Compagnie de Jésus. Esquisse de son Institut et de son histoire*, Paris, Beauchesne, 1919, p.542 e seguintes. O primeiro escrito de Hermant, *Observations importantes* sur la requête des Jésuites, é de abril de 1643. Ele se oferece para mostrar «que a moral cristã se tornou um corpo de opiniões problemáticas, desde que toda a sua Sociedade empreendeu, por uma conspiração geral, acomodá-la à delicadeza do século». Cinco semanas depois, em junho de 1643, nas *Vérités académiques* ou *Réfutation des préjugés populaires dont se servent les Jésuites contre l'Université de Paris*, ele dá alguns exemplos desses «sentimentos perigosos» da Companhia em teologia moral. Anuncia ali também o «arrolamento» desses erros, que Hallier prepara ↩

5. O Extrato foi condenado pelo Parlamento de Bordeaux, em 3 de setembro de 1644; reprovava-se-lhe ter se servido (os Párocos de Paris explicam eloquentemente por que em seu 5º escrito), sem remontar suficientemente às fontes, do *Catalogue des traditions romaines* do Ministro calvinista du Moulin, publicado em Genebra desde 1632. ↩

6. Voir aussi les diverses éditions de *La Morale pratique des Jésuites*, attribuée à Sébastien-Joseph du Cambout de Pont-Château et Autoine Arnauld. ↩

7. Henri BREMOND, *Histoire littéraire du sentiment religieux en France*, tomo I, *l'Humanisme dévôt*, p. 23. Cf. Charles NISARD, *Les Gladiateurs de la République des Lettres*. Pasquier, aliás de boca igualmente suja, divertindo-se em contar as injúrias de um desses fogosos polemistas (la *Plainte apologétique, la Chasse du renard Pasquin*, etc...), duvida «se jamais houve p..., no mais desbragado b... do mundo que se desbragasse tanto em injúrias quanto esse Jesuíta». Vê-se que é difícil citar. Tal é, contudo, o tom desses primeiros controversistas da Companhia, e deles se tiraria um copioso capítulo da coletânea das «Amenidades jesuíticas» ↩

8. É a grande reprovação que lhe fazem, com um certo cinismo, os apologistas da Companhia. «Livro desajeitado, diz Maynard, que dava ganho de causa a Pascal». Esse grito do coração vale por si só um longo poema! Brucker é mais velado: «Aplicado a fazer ressaltar tudo o que se podia dizer em favor dos moralistas acusados por Pascal, sem saber sempre parar a tempo seus ensaios de justificação, o apologista dava demasiada margem à suspeita de querer manter todas as opiniões que lhes eram imputadas». (La Cie de J.; p. 549). Para o P. Brucker, o P. Pirot não é suficientemente «jesuíta»! ↩

9. «Essas dez peças são menos agradáveis que as *Provinciales*, mas são tão fortes e, em certo sentido, mais ousadas, porque são compostas em nome de pessoas com autoridade e direito de queixa e de requisição pública». HAVET, op. cit. p. XXXVII ↩

10. Sexto da edição Bossut. Esta, de fato, reduz a um só o terceiro e o quarto escritos, que podem ser considerados como um único memorial em duas partes. Mas conservamos aqui a numeração e o texto das publicações originais ↩

11. «A agitação posta em marcha entre o clero de segunda ordem, deveria fazer pressão sobre o episcopado e obrigá-lo a se declarar por sua vez». BRUCKER, La Cie de J., p. 549. Ah! que em termos galantes.... ↩

12. Cf., um pouco mais tarde, no curso do mesmo caso, ERNEST JOVY, *Les Archives du cardinal Cybo à Massa*. Extrait du Bulletin du Bibliophile. Paris, A. Leclerc, 1918. «Algumas (das cartas citadas pelo Sr. Jovy nesta obra) pertencem à história do jansenismo e à campanha contra a moral relaxada. Os bispos de Arras e de Saint-Pons, impedidos pelo rei de endereçar ao papa um pedido comum de condenação contra certas proposições de moral, procuraram se compensar

escrevendo secretamente cada um em particular, a Inocêncio XI e a seu ministro (o cardeal Cybo, secretário de Estado, mantido à margem desses assuntos em razão de suas ligações com a Corte da França que o assalariava, assim como o Geral dos Jesuítas, segundo Gérin, para trair seu mestre). É a este incidente que o Sr. Jovy liga com razão as cartas de 1º de abril e de 23 de julho de 1677 (p. 160 e 116). ». *Études*, 20 de julho de 1920, p. 247, sob a assinatura do P. J. Brucker. Este relato é ele mesmo bem saboroso! ↩

13. SAINT-SIMON, *Mémoires*, Paris, Sautetlet, t. VIJ. p. 21. ↩

14. Um escritor muito hostil, é verdade, à Companhia, resume bastante bem as evoluções desta campanha: «A tática dos Jesuítas consistia em negar, de início, que os ataques dirigidos contra sua casuística fossem justos; depois, quando a exatidão dos fatos alegados lhes era demonstrada, eles sustentavam que as teses perigosas expressavam o modo de ver de alguns de seus irmãos, mas não o da Ordem inteira. Em seguida, quando lhes eram lembrados os estatutos, em virtude dos quais todo livro precisava da aprovação dos superiores para ser publicado, eles procuravam demonstrar que se havia falseado o sentido de um grande número de proposições atacadas. Finalmente, essa última manobra também fracassando, eles procuravam justificar as teses e mostrar que se as encontravam nos Padres da Igreja, nos grandes teólogos da Idade Média e nos casuístas de outras ordens J. HUBER, *Les Jésuites*, trad. Marchand, 4ª ed., Sandoz et Fischbacher, 1878, t. II; p. 286). Na realidade, os defensores da Companhia conduziam de frente e frequentemente embaralharam de propósito os diversos métodos. E nem tudo era sem valor em seus meios de defesa; mas faltava franqueza, e a clareza consequentemente faltou ↩

15. Encontrar-se-á o texto dessas Decisões nos *Entretiens* de Cléandre et d'Eudoxe do P. Daniel, ou pelo menos na tradução italiana que temos sob os olhos: *Ragionamenti di Cleandro e di Eudosso, sopra le Lettere al Provinciale* (recati nell'italiana favella dall'original francese stampato in Colonia l'anno 1694). Pouzzoles, Raillard, 1695. A do Conselho de Estado, de 23 de setembro de 1660, visa aliás mais exatamente a tradução de Nicole e suas notas; e pode-se espantar de ler ali, à parte a acusação de «proposições heréticas» rapidamente despachada, este julgamento bastante obscuramente motivado de que o livro é: «ultrajante à reputação do falecido rei Luís XIII, de gloriosa memória, e à dos principais ministros que tiveram a direção de seus negócios». Foi preciso procurar muito para reencontrar o rastro desses «ultrages». Havet o conseguiu. E ainda, diz ele, «não os teria percebido se não tivesse sido posto na pista por uma nota manuscrita (em francês) que se encontra no início de um exemplar da primeira edição das Provinciais latinas pertencente à Biblioteca do Arsenal; por exemplo, a propósito de uma passagem da 3ª carta (perto do fim), sobre as manobras dos Jesuítas em seus catecismos, Nicole nos diz que isso se passava «naquela soberba igreja de São Luís (então igreja dos Jesuítas, hoje a Igreja paroquial de São Paulo-São Luís), construída com os despojos dos povos». Como a

igreja havia sido construída por Luís XIII e por Richelieu (foi Richelieu que arcou com os custos do portal), as palavras sublinhadas pareceram conter uma ofensa ao rei e a seu ministro. Uma nota da segunda carta se refere ao chanceler Séguier.... (HAVET, loc. cit., p. LVII), Realmente o Conselho do rei não estava zombando um pouco da Companhia, ao reter de todas as suas queixas, apenas esse considerando... inesperado? E que reparação em relação à sua moral relaxada, esses bons Padres creem nos trazer fatigando-nos com o lembrete triunfante dessas decisões? ↩

16. PAUL BERT, *La Morale des Jésuites*, Bibliothèque Charpentier, Paris, 1909. Cf. em particular seus discursos na Câmara, nos dias 21 de junho, 5, 6 e 8 de julho de 1879.- A tese de Paul Bert é que os casuístas modernos, o P. Gury, S. J., em particular, ensinam uma moral tão relaxada quanto os autores antigos alvo dos ataques de Pascal. Ele dá mesmo em apêndice o texto das 65 proposições condenadas por Inocêncio XI, em 16 de março de 1679, e pretende que o leitor (de sua tradução de Casos de consciência em uso nos Seminários) «pôde se dar conta, em um certo número de casos particulares, dos esforços de imaginação que os Jesuítas mais recentes fizeram para conservar o benefício dessas doutrinas cômodas, sem se chocar de frente com o texto mesmo das interdições papais». Seria, de fato, o tema de uma tese de doutorado bem curiosa, como diremos mais adiante, confrontar as máximas condenadas, os textos dos antigos autores de onde parece que foram tiradas e certas decisões bastante largas dos Manuais hoje em curso. Mas esse é um trabalho minucioso que ultrapassa de muito os meios do leitor comum de Paul Bert, e ao qual ele mesmo demonstrou demais, pelas brutalidades com que tempera as poucas observações úteis ou oportunas de sua fastidiosa obra, que era radicalmente inapto. É inconcebível que Havet, de um valor intelectual totalmente diferente, se deixe levar pelo preconceito anticlerical a ponto de se associar, aos olhos de uma juventude que merece outros mestres, à acusação mais tola e mais grosseiramente injuriosa levantada pelo deputado professor contra a casuística em si mesma em geral. Ele faz questão de «agradecer ao Sr. Paul Bert por ter se resignado a abordar essas imundícies (pelo menos com a ajuda do latim) e a nos informar assim sobre a doença erótica da qual essa casuística é devorada». Isso é quase tão inteligente quanto reprovar a um clínico por ter tratado de doenças venéreas. Certamente, há abusos; o meio de reprimi-los de comum acordo não é substituir críticas aceitáveis por sarcasmos de palanque. ↩

17. ABADE MAYNARD, *Les Provinciales et leur Réfutation*, Paris, Didot, 1851. «Sabe-se hoje que Arnould, Nicole, Périier, coletavam os materiais desses opúsculos e que Pascal segurava a pena. É difícil acreditar, entretanto, que ele tenha trabalhado em todos, pois alguns mal levam a marca de seu estilo. Uma tradição que remonta ao século dezessete, atribui-lhe o quinto e o sexto.... É verdadeiramente, como veremos, várias páginas não são indignas das mais eloquentes das Provinciais». (II. 414). – «Esse panfleto (o quinto) é verdadeiramente eloquente

e acreditaríamos de bom grado que saiu da pena de Pascal. Nele se explica e justifica com um admirável talento a conduta dos párocos, que, em sua luta contra os Jesuítas, teriam querido sobretudo impedir os hereges de se prevalecerem das corrupções dos Casuístas para imputar à Igreja opiniões que ela abomina, e legitimar assim sua separação, ao mesmo tempo em que se refuta os Jesuítas, que procuravam provar que sua doutrina mole era a da Igreja, pelo simples fato de ser condenada pelos hereges». Sobre o 6º escrito: «Sim, Pascal, pois tudo aqui é bem dele, fundo e estilo.... Esta página é uma variante eloquente da quinta Provincial». Sobre o 8º: «Notemos que este factum é ainda bem evidentemente de Pascal; basta, para se convencer, comparar uma página bem espirituosa deste Escrito com uma página da décima sétima Provincial: forma e expressões são perfeitamente idênticas». ↩

18. É assim que os dois fragmentos: *Lettres des établissements violents des Jésuites partout* (Pensées, fragments, tomo I, página 293) e outra carta sobre as Constituições, que Maynard (tomo II, página 407) toma por um «projeto de duas outras Provinciais», a nossos olhos parecem ter sido antes o plano de dois novos Escritos. As Provinciais haviam deixado esse terreno; as condenações sofridas prejudicavam seu crédito. Os Escritos, ao contrário, haviam começado a se engajar na via histórica, e a assinatura dos párocos lhes garantia uma preciosa propagação, quando uma ordem do rei deteve sua publicação. ↩

19. Deu-se desde muito cedo um título a cada uma das *Petites Lettres* e o próprio Nicole forneceu-lhes uma análise que trai o autor ao retraduzir em fórmulas abstratas seu esforço de aplicação aos costumes dos homens de seu século. Busca-se então o plano que pode ter guiado o controversista das «probabilidades» à «direção de intenção», do homicídio à usura, da falsa devoção à Virgem às restrições mentais, etc.... Não é assim que se deve ler este maravilhoso livro. A chave está em outro lugar que não em um índice didático de matérias. Sua «grade» deve ser tomada emprestada da vida. Após ter, graças a seu «bom padre», evocado a própria Companhia, para nos revelar o segredo de sua política e o lamentável princípio de sua moral, eis que vêm à cena, para os cem atos diversos desta Comédia, cem personagens de todas as vestes e de todas as figuras, beneficiários, padres, monges, fidalgos, juizes, usurários, falidos, etc.... «Nada, disse o próprio Pascal, escapou à providência dos Casuístas; há para o clero, a nobreza, o Terceiro-Estado». Aí está a ordem, o fio da obra. Vêm em seguida as cenas onde o cristão está mais particularmente em contato com o diretor de consciência para a prática da devoção, dos sacramentos e das virtudes. Até que enfim, de viseira levantada, ele possa atacar nominalmente o P. Nouet, o P. Annat: «Meus Reverendos Padres!...» A comédia terminou; o acusador se levanta. Cf. MAYNARD, I, 45. ↩

20. Ver GERIN. *Recherches historiques*. teurs de Sorbonne. ↩

21. Essa espécie de fanatismo assemelha-se estranhamente ao das confrarias muçulmanas, cegamente submetidas às ordens de seu xeique. HERMANN MUL-

LER, *Les origines de la Compagnie de Jésus*, Paris, Fischbacher, 1898. ↩

22. Nós negligenciamos voluntariamente, nesta rápida exposição, as divergências secundárias de opiniões. Na realidade, seria preciso distinguir: 1º O rigorismo ou tutorismo absoluto; 2º o tutorismo mitigado; 3º o probabiliorismo; 4º o probabilismo moderado ou equiprobabilismo; 5º o probabilismo largo, ou probabilismo propriamente dito; 6º o laxismo. O rigorismo e o laxismo sozinhos são formalmente reprovados na Igreja. Ainda assim não se trata de dois sistemas estabelecidos, mas da série de proposições condenadas que o abuso das outras opiniões levou seus adeptos a sustentar de parte a parte. O eminente autor das notas das quais nos servimos para redigir este artigo, não tem aliás nenhum interesse em esconder que, pessoalmente, ele pende para o probabilismo largo quanto à apreciação da justa probabilidade, e para o equiprobabilismo de Santo Afonso de Ligório quanto à aplicação do que se pode chamar a «regra de posse», *Melior est conditio possidentis*, o «possuidor» sendo ora a regra e ora a liberdade. Sétima opinião, como se vê, mas que, certamente, nada tem de jansenista e explicará talvez aos teólogos profissionais certas nuances de uma exposição que quisemos mais que imparcial a respeito dessas pobres «opiniões prováveis». ↩

23. Busembaum teve 200 ↩

24. Ver a carta de Voltaire ao P. de la Tour. ↩

25. Cf. De la distinction entre l'essence et l'existence, à l'occasion d'un décret émané du P. Ledochowski, Préposé Général de la Compagnie de Jésus, par Mgr. E. Binzecher, secrétaire de l'Académie pontificale de Théologie à Rome (Edição italiana: Orvieto, Imprimerie des Orphelins, 1916). ↩

26. «Por mais culpados que se os suponha, esses casuístas ínfimos, cuja obra obscura, sem a propaganda das Provinciais, não teria prejudicado ninguém, que títulos têm eles para representar como o fazem aqui, o ensinamento da Companhia?» (BRUCKER, op. cit., p. 547). ↩

27. Os crimes se expiam hoje com muito mais alegria e ardor do que se tinha o costume de cometê-los antes"». *Imago primi sæculi societatis Jesu à Provincia Flandro-Belgica ejusdem Societatis presentata...* Antuérpia, 1640, I, 1. III, c. 8. ↩

28. BRUCKER, o. c., p. 435. ↩

29. Ib., p. 477. ↩

30. É assim que São Carlos se torna A. M. D. G. - sob a pena do mui ultramontano abade Maynard de um cristianismo tão duro que chega a ser assustador» e «aquele que o Jansenismo (naturalmente) imprimia para opô-lo aos Jesuítas». Que miséria! ↩

31. CHARLES FLACHAIRE, *La dévotion à la Vierge dans la littérature catholique au commencement du XVII Siècle*, Paris, Ernest Leroux 1916. ↩